

AGÊNCIA dos Comunistas do Estado que sempre a...

Dino de Almeida não será adido militar em Moçambique

12.000 anos que Dino de Almeida, antigo da Marinha...

Casanova Ferreira libertado

NO DIA 20 de Junho de 1976, Casanova Ferreira, filho...

Leal de Almeida recusa-se a inquirir Ferreira da Cunha

12.000 ANOS (Continuação) Com o advento da revolução...

Rosa Coutinho convidado para Plenário de Retornados

12.000 ANOS (Continuação) O Plenário de Retornados...

Manobra social fascista contra Sin dos Jornalistas

12.000 ANOS (Continuação) A manobra social fascista...

Metalmecânica em Sines produz vapores para a C.P.

12.000 ANOS (Continuação) A metalmecânica em Sines...

FNLA e UNITA anunciam governo no Huambo

12.000 ANOS (Continuação) A FNLA e a UNITA anunciam...

Conselho da revolução não consegue autoridade

IMPASSE: O Conselho da Revolução não consegue autoridade...

Nomeação de V. Lourenço suscita reacções na esquerda militar

12.000 ANOS (Continuação) A nomeação de V. Lourenço...

Programa de ataque Para-MFA

12.000 ANOS (Continuação) O programa de ataque Para-MFA...

Vice-Presidente não eleito: desaire para o P.P.D.

12.000 ANOS (Continuação) O vice-presidente não eleito...

12.000 ANOS (Continuação) A situação política...

Dino de Almeida diz que Diniz não concorda

12.000 ANOS (Continuação) Dino de Almeida diz que Diniz...

Manobra social fascista

12.000 ANOS (Continuação) A manobra social fascista...

Divulgação de AMI

12.000 ANOS (Continuação) A divulgação de AMI...

O caso dos «paras» de Tancos. Mesa redonda com representantes dos 123 oficiais que saíram da Unidade. Documento do GDE. Uma via proposta para a reanulação do MFA. Lenegredo (e a União Soviética) visita por marinheiros portugueses. PrANTe da economia portuguesa: A crise financeira - situação do sistema de crédito. Seis milhões de contos até ao fim do ano para encargos com retornados.

Prossigue a contestação do C.E.M. da Armada

12.000 ANOS (Continuação) A contestação do C.E.M. da Armada...

OMEGA DYNAMIC. Um relógio que se renova. E jovem, é moderno.

Otelo dá o dito por não dito

ALGUNS dos Comandantes das Unidades que integram o COPCON estiveram reunidos, ontem à noite, com o general Otelo. A reunião teve como finalidade a apresentação por parte do Comandante do COPCON das razões que estavam na origem da sua substituição por Vasco Lourenço na Região Militar de Lisboa.

Esses Comandantes ter-se-ão oposto à decisão do Conselho da Revolução entendendo não se justificar a substituição. Otelo de Carvalho que se havia comprometido perante o CR a aceitar a nomeação de Vasco Lourenço tem mudado de opinião logo depois de ouvir os Comandantes que contrariavam a decisão por ele anteriormente aceite.

Dirigiu-se assim ao Palácio de Belém acompanhado do coronel Silva Carvalho e Barão da Cunha para dar conta desta posição ao general Costa Gomes.

Entretanto, voz autorizada do CR afirmou-nos que se agrava a fricção entre Unidades militares de Lisboa que as flutuações do general Otelo mais acentuam, podendo acontecer que o Norte e Centro se retirem daquele comando, cavando mais a radicalização de posições.

Dinis de Almeida não será adido militar em Moçambique

TUDO indica que Dinis de Almeida, major do Ralis, não será adido militar em Moçambique, como chegou a ser divulgado em alguns órgãos de imprensa. A sua partida se opuseram os militares da Unidade reunidos em plenário, plenário para o qual foram convocados militares na disponibilidade. Foi julgado, segundo as nossas fontes, que Líria de Almeida era necessário em Portugal para o andamento do processo revolucionário.

O plenário em questão começou com a presença de 150 elementos, terminando com 50, numa altura em que havia dentro do quartel, cerca de 300.

Casanova Ferreira libertado

POR MANDATO de soltura do general Otelo Saraiva de Carvalho foi libertado o major Casanova Ferreira, que se encontrava detido desde os acontecimentos do 11 de Março.

Entretanto, prossegue a actividade de instrução preparatória do julgamento de delitos por alegada participação no golpe de 11 de Março. A estes interrogatórios vieram juntar-se os de elementos do MDLP recentemente presos, Benjamin Abreu e Mira Godinho. Os interrogatórios têm decorrido com a presença de advogado.

Leal de Almeida recusa-se a inquirir Ferreira da Cunha

O TENENTE CORONEL Leal de Almeida, comandante do RALIS, recusa pertencer à Comissão de Inquirição nomeada pela Presidência da República para se ocupar do caso Ferreira da Cunha, Secretário de Estado da Informação.

O comandante do RALIS enviou a sua escusa ao general Costa Gomes alegando que a sua designação como inquiridor no processo Ferreira da Cunha era incompatível com as funções de comando que desempenha no RALIS, anuenciou ontem a RTP. A Comissão de Inquirição havia sido nomeada na sequência dos incidentes que envolveram os trabalhadores do Ministério da Comunicação Social depois da denúncia formulada contra Ferreira da Cunha sob acusação de ter pertencido ao Centro de Documentação Internacional ICIDI.

Rosa Coutinho convidado para Plenário de Retornados

A COMISSÃO dos Desalojados Ultramarinos do Norte — Porto teve a efusão hoje, às 15 horas, naquela cidade, um encontro para o qual foi convidado a presidir o Almirante Rosa Coutinho. Num café de recreação do almirante, a C.O.D.U.N. apela para os que não estão "dispostos a aderir por mais tempo a vos da razão, ou consenar que Portugal se transforme numa segunda Angola". A nota curiosa do plenário reside no convite dirigido ao almirante Rosa Coutinho, que tem vindo a ser activamente contestado pelas organizações de retornados, cuja orientação política se identifica quase exclusivamente com a FNLA e a UNITA, enquanto o antigo Alto-Comissário português em Angola na fase inicial de desmilitarização daquele território, tem manifestado a sua adesão ao MPLA.

«Manobra social-fascista» contra Sin dos Jornalistas

UM PIQUENO pushado de 48 viciis do Sindicato dos Jornalistas, organismo que agrega cerca de 800 profissionais, logrou aprovar, ontem, em Lisboa, no período antes da ordem do dia, uma moção ide "total desconfiança" na actual Direcção e onde se "recomenda intervenção" e mesmo "até que se realize uma greve de jornalistas" em que se derida a sua demissão". A assembléa, que se realizou pouco depois do almoço, tinha sido convocada exclusivamente para aprovar e votar o orçamento para 1976. Registraram-se apenas três votos contra e uma abstenção.

Os Corpos Gerentes do Sindicato dos Jornalistas denunciam tal votação como anti-estatutária e como mais "uma manobra social-fascista" e solicitam por seu lado uma A. G. Extraordinária para o próximo dia 28, às 14 horas, na sede do Sindicato, com um ponto único da ordem de trabalhos: "discussão da proposta de demissão da Direcção e medidas a tomar face aos agentes da manobra".

Metalomecânica em Sines produz vagões para a C.P.

FOI CONSTITUÍDA, no âmbito do complexo industrial de Sines, uma nova empresa pública, denominada METALSINES, que se destina à produção de vagões, e cuja viabilidade económica está de antemão assegurada pelas necessidades decorrentes do programa de reequipamento que a C. P. — Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses tem em curso.

Trata-se de um projecto da autoria do IV Governo Provisório sobre o qual recai agora o despacho dos Secretários de Estado da Indústria Pesada, Cardoso dos Santos (Geminiano), e dos Investimentos Públicos, Sousa Gomes. A concretização dessa medida envolve a participação de três empresas metalomecânicas (Sociedade, Construtora Moderna e Equipmental), todas sob o controlo estatal, e que estavam já a colaborar com a C. P. no fornecimento do material circulante necessário ao seu reapetrechamento.

Foi nomeada uma comissão instaladora para a MetalSines, composta por 4 membros, que ficou desde já incumbida de elaborar os estatutos da empresa, a apresentar ao Governo para aprovação no prazo de 30 dias, bem como de encetar os contactos necessários para a celebração do contrato de fornecimento de vagões à C. P..

FNLA e UNITA anunciam governo no Huambo

INFORMAÇÕES colhidas pelo nosso correspondente em Kinshasa anunciam que a FNLA e a UNITA se preparam para expor um governo designado de coligação, em Nova Lisboa, no dia um de Dezembro.

Este governo deverá ser anunciado hoje no Uige (Carmona) pelos porta-vozes dos dois movimentos, dr. Onofre dos Santos e Vasil Neto por parte da FNLA e José N'Dele e Amílido Dumbo pela UNITA.

Notícias procedentes do Uige garantem que Holden Roberto e Jonas Savimbi reafirmaram na terça-feira, o protocolo de acordo assinado entre duas delegações que estiveram reunidas em Kinshasa no dia 10. O protocolo que cria um órgão de cúpula denominado Conselho de Revolução, fixa bases e prazos para realização de eleições para uma assembléa constituinte e do presidente da República. O Conselho deverá ser constituído por 16 membros distribuídos entre os dois movimentos, partitivamente, assinalando-se que o governo em questão deverá reger com dois primeiros ministros em exercício duplato. Será ainda constituído um "comando nacional de defesa" surgendo três comandantes da cada movimento e a criação de um estado maior unificado orientado por dois chefes de estado-sacer.

Acordo prevê a "livre actuação da FNLA e da UNITA em todo território angolano" e mantém válida a Lei Fundamental de 12 de Junho enquanto da actuação do Governo de Transição tripartido acordado em Alvor.

Prosegue a contestação do C.E.M. da Armada

NA SEQUÊNCIA DO PLENÁRIO DE oficiais de Armada, realizada no passado dia 14, no Auditório da Escola Naval, prossegue a contestação do Chefe de Estado-Maior da Armada, vice-almirante graduado Filgueira Soares e de outra figura de primeiro plano nas organizações político-militares deste ramo das Forças Armadas, habitualmente considerados inseridos na chamada linha "gonçalvista".

Este plenário era considerado muito importante por oficiais que não são afeitos a tal linha e se afirmam maioritários. O problema central que ali iria ser debatido era a eleição de um terço dos membros de uma Comissão Técnica destinada a apoiar o chefe de Estado-Maior da Armada em problemas de saneamento de formação ou graduação de oficiais.

O SANEAMENTO E AS PROMOÇÕES

Em 27 de Outubro foi criada, pelo CEMA em exercício — e conforme o EXPRESSO noticiou —, uma Comissão Técnica com competência para auxiliar o CEMA em questões de passagem à reserva dos militares que não ofereçam garantia de "fidelidade aos princípios definidos no Programa do MFA" ou de "competência profissional para o exercício das suas funções militares, podendo também assessorar a graduação ou promoção de qualquer militar à categoria e posto hierárquico para que lhe reconheça competência".

A base legal invocada estava definida no decreto-lei n.º 147-c/75, promulgado pelo Conselho da Revolução em 21 de Março de 1975, posteriormente regulado pelo decreto-lei n.º 216/75, de 2 de Maio de 1975, mas só seis meses depois foi efectivamente concretizada, por despacho do CEMA.

Ao que se julga saber, e por informação directa de oficiais da Marinha, o Conselho da Revolução teria decidido exactamente ao dia 27 de Outubro (por coincidência,

data do despacho que cria a Comissão Técnica para saneamento, promoções e graduações) que não haveria mais saneamentos sem, contudo, dar divulgação a esta decisão. Teria sido ainda afirmado nesta reunião, pelos conselheiros da Armada, que não haveria mais saneamentos a fazer neste ramo das Forças Armadas.

Na verdade, as mesmas fontes de informação consideram que não é previsível a intenção de efectuar, pelo menos por agora, saneamentos directos com base nos decretos-lei acima referidos. (Tanto mais que a ideia já suscitou bastante polémica pública). Contudo, a utilização habilitada destes dois diplomas poderá permitir proceder a saneamentos indirectos, de índole política.

De facto, é perfeitamente possível fazê-lo e com integral respeito formal pela legislação em vigor.

A criação da Comissão Técnica, apenas concretizada em Outubro, parece ter como objectivo único a promoção, por proposta do CEMA, a apresentar ao Conselho da Revolução, de 5 contra-almirantes para as vagas actualmente existentes (que só há dois efectivos). E esta afirmação não corresponde a uma mera suposição mas sim a uma informação efectiva que foi transmitida, em 5 de Novembro, pelo Chefe da 1.ª Divisão do CEMA na reunião da Assembleia de Delegados de Oficiais da Armada.

Este processo de promoção poderá traduzir-se na colocação neste posto de militares que se têm mostrado afeitos a uma específica ideologia política e, mais concretamente, à do CEMA em exercício, que tem condições para dominar as decisões finais da Comissão Técnica, pois dos seus 12 membros só 4 são eleitos.

E ainda referido por oficiais da Armada que a criação da Comissão Técnica não parece muito útil, já que, mesmo sem a sua existência, o Conselho da Revolução já promoveu ao posto de comodoro dois capitães-de-mar-e-guerra. Um

Continua na pág. 5

Continuação pág. 1

dão foi precisamente, o actual CEMA em exercício que não actualiza as condições gerais de promoção para oficial general pre-

visões nos estatutos dos Officiais da Armada, pelo que só ao abrigo da legislação especial, que será aprovada para criação da Comissão Técnica, se tornaria possível a sua anexação ao generalato.

A utilidade real da Comissão Técnica

Mas a utilidade da Comissão Técnica será claramente determinada se vier a ser concretizada a promoção de oficiais "convenientemente seleccionados" ao posto de contra-almirante. Nessa altura, porém oficial da Marinha, será expectada a Comissão Técnica, visando esse tipo de questões a ser decidido no órgão que sempre existiu, e com esse objectivo específico — o Conselho de Promoções da Armada.

Como estes novos contra-almirantes farão parte deste Conselho será fácil "congelar" certos oficiais que não serão promovidos em consequência de manterem posições políticas não alinhadas com a ideologia dominante nas cúpulas actuais da Armada.

O plenário da ADOA

No passado dia 14, e por convocação do vice-almirante graduado Filgueira Soares, reuniu-se o plenário da ADOA no Auditório da Escola Naval, com o objectivo de eleger os 4 elementos da ADOA para a Comissão Técnica de Saneamentos, promoções ou graduações de oficiais.

Se bem que os elementos da cúpula da Armada, segundo informação de alguns oficiais, insistem em que a criação da Comissão Técnica apenas se destinava a promover quatro almirantes, para que o Conselho de Promoções possa funcionar, e que não se pretende efectuar mais saneamentos, esses mesmos oficiais consideram que se está perante uma manobra para o reforço de vontade da Armada pela linha "gonçalvista". Como prova dessa sua interpretação, afirmam que a única lista que apareceu era subscrita por 25 oficiais que, embora tenham guardado o anonimato, se sabe que são representantes dessa linha política. Este facto foi afirmado pelo 1.º tenente Paiva de Andrade.

Esta possibilidade é, na opinião de vários oficiais, confirmada por um elemento adicional: a difusão de um documento emanado pelo Estado-Maior da Armada, intitulado "Promoções por escolha", e em que se propõe reestruturação do Conselho de Promoções da Armada, que passaria a ter a mesma composição que a Comissão Técnica.

Para denunciar este processo, foram apresentadas propostas que se opunham à constituição da Comissão Técnica, e procuravam evitar que se procedesse à eleição dos membros da ADOA para essa Comissão. Por exemplo, foi apresentada uma moção neste sentido pela Base EMGFA, que obteve 326 votos a favor, 121 contra e 95 abstenções, ou seja, 542 votantes, número muito superior ao habitual, que pouco excede os 400.

Manifestando a sua oposição, 43 por cento dos presentes na ADOA absteram-se na votação, que não acontecendo no plenário los que se encontram em Portugal continental, que não enviando os votos por correio ou por mensagem, como fora preconizado pela CEMA em exercício para os que se encontram ausentes.

Dos votos entrados (757), 49 por cento foram brancos ou nulos, e apenas 33 por cento dos votos correspondem à acção integral da lista, pois só 18 por cento aprovam alguns dos elementos da lista única apresentada.

Daqui resultou que o oficial mais votado, capitão-de-fragata Falcão de Campos, obteve 316 votos e o mesmo votado, capitão-de-fragata Gonçalves da Silva, não ultrapassou os 251. Interpretando estes resultados, oficiais da Marinha consideram que são elucidativos da falta de apoio e de confiança que a linha "gonçalvista" tem por parte da ADOA e constituem clara contestação do almirante graduado Filgueira Soares. Este facto é tanto mais grave quanto é evidente que o cargo que ocupa exige que disponha do total apoio dos oficiais que comanda.

Linhas políticas confrontam-se na Armada:

Declarações de Rosa Coutinho, Contreiras e Judas



Rosa Coutinho não concordou com as expressões de Judas



Para Contreiras o desaparecimento das mil espingardas G-3 é de importância muito relativa



JUDAS: "O MFA tentou falsificar as eleições de Abril de 1976 e, para isso, inventou o pecto com os partidos"

A intervenção de Rosa Coutinho

Enquanto se procedia à contagem dos votos, aproveitou-se o intervalo para convidar o almirante Rosa Coutinho a fazer uma análise da actual situação político-militar em Portugal. Aquêde presidente e antigo membro do Conselho da Revolução teve uma longa intervenção onde, em particular, expôs a sua opinião de que a revolução portuguesa se encontra na sua segunda fase, iniciada com o "pronunciamento" de Tancos, e que se pode caracterizar pela designação de "fase pró-socialista".

Na sua análise, a primeira fase coincidiu completamente com a independência de Angola e teve como traço dominante a processo de descolonização. Enquanto, para Rosa Coutinho, esta fase mostra um MFA a dominar a evolução política, o desprezo das classes trabalhadoras obriga agora o MFA a colocar-se numa linha de acompanhamento da acção política dessas classes, que lideram efectivamente o processo. E se não fizer, afirmou, melhor será acabar com o MFA.

Disse ainda o almirante Coutinho que a revolução portuguesa é socialista porque o MFA pôde, após o 11 de Março, clarificar a posição dos militares portugueses e tomar visível a sua profunda vocação socialista.

Depois de afirmar que o "povo português é essencialmente anti-qualquer coisa e muito pouco pro-qualquer coisa", defendeu a tese de que o MFA é uma entidade diferente das Forças Armadas. O MFA deveria ser entendido como um partido muito aberto existente no interior das Forças Armadas, admitindo entretanto que havia razões para defender uma redefinição do MFA "mas sem perder a sua vocação socialista".

Esta recuperação teria sido já iniciada com a constituição do VI Governo, que Rosa Coutinho classifica, como um "mal necessário" que permita a estabilização e digestão das conquistas alcançadas. Sobre o VI Governo, disse ainda que este não soube conquistar as classes trabalha-

do de esquerda, pensando também que já será muito difícil a este Governo reconquistar a confiança dessas classes.

Desta desconfiança será resultado, de acordo com Rosa Coutinho, uma convulsão muito brusca, o que tornou a situação muito difícil e quase impossível estabelecer as condições mínimas para governar.

Analisando as hipóteses para o futuro imediato, afirmou que se o VI Governo optar por soluções de autoridade estará a destruir o sonho do socialismo e fatalmente se acabará por cair num qualquer sistema repressivo.

Por outro lado, classificou de "caupido" quem admite a hipótese de vir a desenvolver-se uma guerra civil em Portugal, apontando tal solução como criminosa e contrária ao espírito do 25 de Abril. Haverá que encontrar soluções políticas e nunca de força. Voltou ainda a afirmar, a propósito desta questão, que o MFA tem de se redefinir de modo a construir uma força de pressão política efectiva dentro das Forças Armadas para que estas possam evitar ser utilizadas como instrumento do poder político, como sucede nas sociedades capitalistas. No entanto, considerou que é necessário manter o pacto celebrado entre o MFA e os partidos políticos.

A terminar, disse que só depois de a Assembleia Constituinte terminar a elaboração da Constituição é que poderá haver eleições, mas que estas "não vão servir para grande coisa", iria-se apenas, em sua opinião, de cumprir um processo, visto que está provado que a via eleitoral não serve para atingir o socialismo, e necessário, para Rosa Coutinho, que exista o correctivo paralelo que são as organizações anárquicas de base.

E de referir, por outro lado, que o plenário se manteve em silêncio durante esta longa intervenção, apenas entrecortado por alguns risos.

Em resposta a uma pergunta que lhe foi feita sobre a possibilidade de a economia nacional conseguir suportar existência de dois sistemas paralelos de poder, Rosa Coutinho, respondeu que "isto da revolução não tem nada a ver com a economia" (sic).

Intervenções em resposta

Seguiram-se algumas intervenções de oficiais, das quais se destaca uma em que o seu autor, começando por dizer que tanto ele como o almirante Rosa Coutinho eram produtos do fascismo e que

forma religiosa, a acção do VI só depois do 25 de Abril de 1974 o almirante teve de se tornar político, pela força das circunstâncias, formou críticas à acção do MFA ao longo do processo e à forma original de implantação do socialismo em Portugal que Rosa Coutinho preconiza. Este oficial referiu ainda, por

Governo que considerou não um mal necessário mas, antes pelo contrário, como o Governo que se deverá manter em exercício até às novas eleições. Esta intervenção foi várias vezes interrompida por manifestações de apoio da assistência, especialmente na última parte, sublinhando com prolongados aplausos.

Na mesma linha se desenvolveu a intervenção de um outro oficial que, utilizando a afirmação de Rosa Coutinho, que considerou o VI Governo um mal necessário, afirmou que, "representando este Governo a maioria do povo português" "ele é necessário para os portugueses". Também aqui se ouviram prolongadas manifestações de apoio.

1.º tenente Judas e a falsificação das eleições

Seguiu-se, no uso da palavra, o 1.º tenente Judas, que fez uma

longa intervenção subordinada ao tema do sufrágio universal. Especialmente notada pela assistência foi a frase: "O MFA tentou falsificar as eleições de Abril de 1975 e, para isso, o MFA inventou o pacto com os partidos". Esta afirmação mereceu a imediata intervenção do capitão-de-fragata

graduado Martins Guerreiro, rectificando-a e afirmando que "o MFA tentou condicionar as eleições mas não falsificar, o que é diferente". O 1.º tenente Judas aceitou essa rectificação, considerando que o termo falsificador deveria ser entendido como estando entre aspas.

Ainda sobre este tema, também o almirante Rosa Coutinho

procurou esclarecer que as considerações feitas pelo 1.º tenente Judas sobre o significado político do pacto MFA/Partidos, se deviam entender como pessoais e da sua exclusiva responsabilidade. Tendo presidido ao grupo de trabalho que elaborou o pacto Rosa Coutinho podia garantir que não tinha havido a intenção que tinha sido referida pelo 1.º tenente Judas.

Correia Jesuino e Maurice Duverger

Enquanto se continuava à espera dos resultados da votação sucederam-se outras intervenções, de que se deve destacar a do capitão-de-fragata Correia Jesuino, que classificou "Maurice Duverger como pensador da direita" (sic).

Entretanto, alguns oficiais iam abandonando a sala, aguardando no exterior que fossem comunicados os resultados das eleições.

A terminar, interveio o capitão

tenente Almada Costreiras, director do SDCI, que procurou esclarecer o plenário sobre o avanço da reacção, mas limitou-se a repetir notícias que já são do conhecimento público.

Digna de realce será uma sua afirmação quanto ao desaparecimento de mil espingardas G-3, que classificou como facto de importância muito relativa face aos quantitativos de armas que têm vindo a ser introduzidas no país clandestinamente. Em sua opinião, o inquérito instaurado de nada servirá, e o procedimento aconselhável seria decidir uma busca geral.

Saída apressada de Filgueira Soares

Cerca das 19 horas, o vice-almirante graduado Filgueira Soares, interrompendo um esclarecimento do capitão tenente Costreiras, mandou ler os resultados da votação, após o que, de imediato e inesperadamente, deu o plenário por concluído.

Esta súbita saída não permitiu que um grupo de oficiais, conhe-

dos como adeptos da linha "gonçalvista" e que se encontrava no fundo da sala, pudessem apresentar uma moção de apoio ao CEMA em exercício. De qualquer modo, essa moção não teria grande razão de ser, pois o plenário foi convocado com uma intenção específica e, além disso, os resultados da votação realizada não foram favoráveis a essa linha.

Conselho da revolução não consegue autoridade

IMPORTANTES DECISÕES foram tomadas no último Conselho da Revolução que terminara cerca das cinco horas da manhã de ontem. Fontes militares contactadas e muito próximas do CR consideram que estas decisões poderão contribuir de forma muito significativa para a resolução da crise político-militar embora, como é natural, elas tenham mais importância nos aspectos puramente militares.

As mesmas fontes sublinham o equilíbrio político manifestado no comunicado, cujos pontos principais são o início de reestruturação dos comandos militares (nomeação de Vasco Lourenço para o cargo de governador da Região Militar de Lisboa, até aqui ocupado pelo general Saraiva de Carvalho), o lançamento da primeira fase do programa de aliança Povo/MFA (que será definida por um grupo de trabalho da 5.ª Divisão, já em vias de recondição), a dissolução do AMI e ainda uma análise da situação actual que a paralização voluntária das actividades governamentais veio agravar, admitindo-se mesmo a possibilidade de ser necessário a sua remodelação parcial que, contudo, não será da

responsabilidade do CR mas sim do Presidente da República.

Nomeação de Vasco Lourenço para a RML

Elementos do CR pensam que a nomeação de Vasco Lourenço para o comando da RML é o ponto mais importante para a resolução dos problemas militares existentes nesta região e que têm tradução imediata na instabilidade política, por um lado, e geram um forte descontentamento entre oficiais e sargentos do QP, colocando-os em situação que permitirá a sua instrumentalização por ideologias totalitárias por outro lado.

Em sua opinião, a capacidade política e militar de Vasco Lourenço e as posições que sempre tem tomado é garantia suficiente de que poderá contribuir para a resolução dos problemas que se têm vindo a acumular e que têm, conduzido a uma perigosa divisão entre as diversas unidades da RML. Esses elementos afirmaram ainda que será previsto um processo de omissão de certas unidades perante esta nomeação, mas referem que as unidades mais significativas em termos militares

da RML estarão ao lado de Vasco Lourenço.

A dependência de todas as unidades operacionais do continente continuará a pertencer ao comandante do COPCON, general Saraiva de Carvalho. No entanto, este comando só activa as unidades sob sua dependência através das Regiões Militares, enquanto que os comandantes das Regiões Militares podem accionar operacionalmente todas as unidades sob seu comando.

Contudo, estes mesmos elementos do CR não pensam que venha a surgir algum conflito de competências entre Vasco Lourenço e Saraiva de Carvalho, dois oficiais sempre muito unidos e que, mesmo durante este período de relativa controvérsia, se mantiveram em contacto permanente. Por outro lado, admitem o debate realizado no CR sobre este assunto foi muito claro e nenhum dos seus membros teve objecções fundamentais a fazer.

Dinis de Almeida diz que Otefo não concorda

Surpreendentemente, pelo menos se considerarmos as

declarações de elementos do CR, o major Dinis de Almeida, falando ao RCP em nome de Otelo Saraiva de Carvalho, afirma que este oficial general nunca concordou com o que vem exposto no comunicado do CR, pensando ainda Dinis de Almeida que o texto desse comunicado tem características que se deverão a algum equívoco de quem o redigiu.

Para o major Dinis de Almeida, a posição do general Saraiva de Carvalho é perfeitamente justificada pelo facto de as unidades da RML se recusarem a ficar sob o comando de Vasco Lourenço. Informou ainda este major que o general Saraiva de Carvalho iria informar o Presidente da República da sua última posição, confirmando assim a abertura de uma nova dimensão da já complexa situação politico-militar.

Outras fontes militares consideraram normal esta posição de Dinis de Almeida mas duvidam que também agora não haja um equívoco na transmissão da posição real do general Saraiva de Carvalho mas recusaram-se a adiantar "algumas coisas quanto à atitude que tomariam se "essa informação de Dinis de Almeida se viesse a confirmar.

Programa de aliança Povo/MFA

Sobre este aspecto do comunicado do CR foi-se informado por um dos seus elementos que o que agora se decidiu não constitui necessariamente a concretização integral do célebre documento-

guia em tempos apresentado na Assembleia do MFA e aí aprovado na generalidade. Trata-se apenas de fazer avançar uma das conquistas fundamentais do povo português, as suas organizações de base e, em especial, as comissões de moradores e de trabalhadores. São essas comissões que irão ser regulamentadas e institucionalizadas de acordo com a defesa efectiva dos interesses das populações e dos trabalhadores para que se evitem os processos de instrumentalização partidária a que têm sido submetidas.

Além, esta fora já a posição de base defendida nessa AMFA por Vasco Lourenço que, nessa altura, fora o único que votara contra o projecto então apresentado, afirmando que a estrutura burocrática que a esta proposta levaria inevitavelmente à estagnação das organizações unitárias de base e ao seu aproveitamento por partidos interessados na burocratização da sociedade portuguesa.

Dissolução do AMI

A dissolução definitiva do AMI cuja capacidade operacional foi sempre muito limitada pelas possíveis implicações políticas das suas intervenções, é considerada por estes elementos do CR como uma manifestação positiva da defesa de um comando militar unificado que evite as tensões permanentes que sempre surgem quando se desactivam linhas de comando paralelas.

Continua na pág. 12

Conselho de Revolução sem autoridade

(Continuação da pág. 1)

Na medida em que acreditam que Vasco Lourenço poderá resolver satisfatoriamente os questões actualmente existentes na RML, pensam que é dispensável a manutenção desta força de reserva estratégica, pois o COPCON poderá desempenhar com eficácia as acções que vierem a ser necessárias.

A posição sobre o VI Governo

De acordo com os elementos do CR que contactámos, pouco se discutiu a actuação do VI Governo na medida em que, na sua especificidade, esta era uma questão que não competia directamente ao CR analisar, mas antes ao Presidente da República.

Contudo, foi considerado que o CR não poderia aceitar o vazio político que decorreria de um prolongamento da paralização do governo. Reconhecendo embora algumas razões ao protesto do governo e, em particular, do primeiro-ministro, o CR considera que não se pode aceitar este tipo de paralização.

Reconheceu ainda o CR a utilidade de estabelecer novos contactos entre os partidos que conduzam a uma conveniente remodelação, mas os conselheiros mantiveram a

sua posição de base de considerarem que esse tipo de decisão só poderá competir ao Presidente da República, de quem dependem agora os passos necessários para a normalização da situação política.

A questão de Angola

Embora não tenha sido mencionado no comunicado final, foi também analisada a situação de Angola e as razões que poderiam conduzir à alteração da posição do governo português de não reconhecer como governo legítimo nenhum dos movimentos de libertação mas apenas a independência do povo angolano, a quem compete decidir qual é o seu governo legítimo.

Mantendo uma posição de solidariedade ideológica com o MPLA, os membros do CR concluíram não haver qualquer elemento novo que leve as autoridades portuguesas a alterar a sua primeira decisão, que se continua a pensar ser a mais correcta.

Os antecedentes da crise governamental

Conhecem-se já alguns dos antecedentes que conduziram à

singular decisão de auto-paralização da actividade governamental.

Na terça-feira a reunião do Conselho de Ministros ocorreu de forma normal, sem que tivessem surgido problemas especiais. Por sugestão do ministro Vêga de Oliveira, passou-se depois a uma análise da situação político-militar até que chegou Melo Antunes, que tinha estado reunido com elementos do CR, e informa que o general Saraiya de Carvalho tinha concordado que o coronel Faria (antigo comandante da PId em Angola) ocupasse o cargo de Governador Militar de Lisboa. No mesmo projecto, o COPCON ficaria exclusivamente encarregado de planejar e preparar a defesa contra quaisquer invasões vindas do exterior e o controlo sobre as unidades passaria a pertencer à RML.

No dia seguinte, o Conselho de Ministros é informado que, após este projecto não se concretizar, ocorreu-se que só uma atitude decidida do Presidente da República poderia conduzir à solução das muitas questões que se tinham vindo a acumular. A proposta de suspensão da actividade governamental terá então sido sugerida por Vítor Crespo e por Melo Antunes, tendo ficado encarregado Vitor Alves de informar o Presidente da República da atitude tomada nessa situação de emergência, e que visa a conduzir à posição acima referidas pelo CR.

Nomeação de V. Lourenço suscita reacções na esquerda militar

A SUBSTITUIÇÃO do general Otelo Saraiva de Carvalho no cargo de comandante da Região Militar de Lisboa pelo capitão Vasco Lourenço, oficial do grupo dos nove, começou já a suscitar reacções em várias unidades de Região Militar de Lisboa e não só.

Esta substituição, anunciada em comunicado do CSR, não era esperada sobretudo na chamada esquerda militar. Segundo fontes bem informadas, a nomeação de Vasco Lourenço seria a solução de compromisso entre os Nove e Otelo, depois das alternativas postas pelo grupo de Melo Antunes a este oficial. Recorde-se que as alternativas propostas pessoalmente por Melo Antunes a Otelo foram: tomar Otelo o poder abandonando os Nove o processo; tomada de poder pelos Nove com o afastamento de Otelo e aceitação do comandante do COPCON a vice CEMGFA, sem a consequente extinção do COPCON e afastamento de Otelo das unidades operacionais. Otelo avançaria então como única contra-proposta a aceitação por parte do CSR da reestruturação do COPCON segundo o projecto apresentado por esta unidade e o compromisso por parte do CSR e do Governo de uma política de equidade relativamente ao serviço das classes trabalhadoras. Entaria então Otelo disposto a deixar-se substituir na RML por um oficial nomeado por ele. Com a nomeação de Vasco Lourenço, o grupo dos Nove e seus apoiantes passaram a estar à frente de todas as Regiões Militares do país.

A nomeação do elemento dos nove para a RML começou já a suscitar sérias apreensões na esquerda militar, onde se fala na possibilidade de mudanças administrativas

contra certas unidades, nomeadamente os saneamentos à esquerda, a mudança de determinados comandos mais à esquerda e transferência de pessoal de umas unidades para as outras, desagregando assim, segundo essas fontes, uma certa linha ideológica seguida na reorganização de trabalho de alguns oficiais do COPCON que mostra a sua maior representatividade na RML. Entretanto algumas unidades poderiam ainda reunir ontem, aprovando moções de repúdio pelo afastamento de Otelo ou ratificando moções anteriores. Tal é o caso do Regimento de Artilharia de Costa, cujo pessoal aprovou uma moção repudiando qualquer afastamento do general Otelo; da EPAM, que se havia já pronunciado por antecipação e do RALIS. Entretanto no Regimento de Polícia Militar corre grande desgosto sendo muito provável que no início da próxima semana se pronuncie também contra a substituição. Em contrapartida, em contacto com o CIAAC, de Cascais, fomos informados pelo seu comandante que a unidade dependia de uma escala de comando à qual obedecia, não havendo pois qualquer motivo para reunir um plenário a fim de discutir o assunto, afirmação que viria a rectificar logo a seguir depois de nos pedir para aguardarmos alguns momentos pois "ia fazer uma consulta". Feita a tal consulta informamos-nos que caso algum tivesse uma dúvida ou observação a fazer se reuniria um plenário para discussão do assunto. Igual sentido mostram as declarações do capitão Custódio do GDU na Escola Prática de Infantaria (Maifra) ao responder-nos que a posição da

unidade era a poução do seu comandante, aconselhando-nos a falar com este. Feito o contacto, fomos informados pelo comandante da EPI que não tinha qualquer problema a por pois então metidos dentro de uma cadeia de comando da qual não saem e que se o CEMGFA tinha visto razões para essa substituição, não vertia qualquer problema em aceitá-la. Resta evidentemente saber se a posição que nos foi referida pelos comandos destas duas unidades é a posição das praças e oficiais, ou da maioria delas, já que não foram realizados plenários para discussão do assunto.

Reestruturação do COPCON

Numa primeira análise ao comunicado do CSR verifica-se terem sido satisfeitos vários pontos constantes do projecto de reestruturação do COPCON, nomeadamente a emissão por parte do CSR de um comunicado definindo as atribuições do COPCON, a saber: "O Comando do COPCON consistirá em grupos de paraquedistas e fuzileiros que além do comando operacional das regiões militares e das unidades atribuídas pelos três ramos das FA... (do plano de reestruturação constará: "que o CSR faça um comunicado especificando relativamente ao COPCON: a sua missão; Confirmar as subunidades de paraquedistas e fuzileiros que ficam sob o seu controlo; o seu comando operacional sobre as três regiões militares" (na altura a de Lisboa pertencera a Otelo)... verá aumentadas as suas atribuições na direcção superior do projecto de aliança Po-

Continua na pág. 12

A contestação de Vasco Lourenço

(Continuação da pág. 1)
 vo/MFA (do projecto de rees-
 truturação transcrevem os:
 "comece ao COPCON: Centrali-
 zar, coordenar e dinamizar a lga-
 ção Povo/MFA...") Esta viagem
 do CSR para os órgãos de vontade
 popular vai ao encontro não só do
 plano de trabalho do COPCON
 como do manifesto que alguns
 oficiais apresentaram ontem, além
 de ir também ao encontro da
 tónica dominante do projecto de
 reestruturação do COPCON.
 Existe, apesar de tudo isto, que
 numa primeira análise, como
 dissemos, é favorável a Saraiva de
 Carvalho reforçando a posição da
 esquerda militar, o raciocínio expresso
 em contactos que tivemos com
 oficiais afectos a essa linha de que
 o novo Comandante da RML
 contraria o desenvolvimento do trabalho
 de estruturação do poder popular,
 procedendo a substituições impor-
 tantes nas unidades que agora
 dependem, pelo menos adminis-
 trativamente, dele. Por outro lado
 teremos na Região Militar mais
 importante do país um oficial
 afecto aos Nove a comandar e no
 COPCON um oficial afecto à
 esquerda militar, o que poderá le-
 var a agravar algumas contradições
 que existem na RML, nomeada-
 mente na EPC, na EPI e no
 CLAAC.

Também poderá ser interpreta-
 do como um sintoma do reforço de

Oxelo a dissolução do AMI,
 passando, em princípio para o
 COPCON, o Regimento do coronel
 Jaime Neves, única unidade que do
 AMI dependia.

Jaime Neves entregou ante-
 ontem, em 5. Julho de Barras, uma
 moção exigindo o afastamento de
 todos os militares que "na prática
 se revelaram incapazes de servir
 apertadamente o Exército e o
 povo português", Moção que
 terminava com um anáfora: "O
 Regimento de Comandos encon-
 tra-se pronto para desenvolver as
 operações que lhe sejam ordenadas
 no sentido de alcançar aquele
 objectivo". Ao que parece, a moção
 inicial originou o afastamento de
 Oxelo e Fabião. Recordar-se que o
 Regimento de Comandos tem sido
 condenado pela maioria dos
 sectores políticos de esquerda,
 sendo apenas apoiado pelo Partido
 Socialista que para o efeito chegou
 a convocar uma manifestação. Os
 efectivos desta unidade rondam os
 500 comandos, sendo cerca de 400
 contratados aquando da formação
 do AMI.

Pára-quadristas continuam em autogestão

No princípio desta semana,
 Moura e Silva, CEMFA, determi-
 naram a passagem à disponibili-

de imediata de todas as praças
 para-quadristas em serviço, bem
 como daquelas que deverão em
 breve chegar de Angola. Posteri-
 omente ordenou a passagem à dispo-
 nibilidade de todos os sargentos,
 que seriam, depois, integrados,
 permitindo-lhe escolher três unida-
 des da Força Aérea para fazer
 a colocação. As praças reunidas em
 plenário rejeitaram com um voto
 contra a passagem à disponibili-
 dade decidindo permanecer as
 fileiras até atingirem o seu tempo
 integral de cumprimento do serviço
 militar obrigatório. Também os
 sargentos recusaram a passagem à
 licença registada. Segundo se
 declararam elementos das tropas
 para-quadristas, com quem ma-
 zamos uma mesa redonda, se
 publicarmos na quinta-feira, se-
 quência de um processo que
 abrimos esta semana com uma
 mesa redonda de oficiais.

Esta passagem completa à
 disponibilidade imediata, segundo
 as mesmas fontes, se cumprisse
 de um plano de admissão de org.
 de 3000 elementos ex-para-quadri-
 stas nos efectivos da Força Aérea.
 Entretanto uma reunião inter-
 comissões de praças de todas as
 unidades da FAP aprovou uma
 moção de solidariedade com os
 seus camaradas para-quadristas. O
 mesmo fizeram várias unidades do
 Exército e Fuzileiros.

Semana Nacional

Costa Gomes à EN e à TV: confusão, perturbação, agitação...

"NA MINHA opinião a situação política e militar, neste momento, está a atravessar um período de confusão, de perturbação e de agitação, e por isso, é muito difícil estar a fazer o posto da situação de forma a dar qual é precisamente, a situação política e militar" disse Costa Gomes, Presidente da República Portuguesa no decorrer duma entrevista que concedeu à EN e que a RTP transmitiu em simultâneo com a estação oficial de radiodifusão no passado sábado.

"Julgo que esta agitação e pouca clarificação desta situação — acrescentou Costa Gomes — tem tido como causa principal a disputa que os partidos políticos têm entre si, depois das tradições geralmente por declarações e manifestações que se têm feito para se atingir determinado objectivo, ou para coagir determinados organismos (...). O problema militar sobre todos os embates dos problemas políticos, porque, como todos sabem, mais ou menos todas as formações e todos os partidos têm pretendido e têm alcançado penetrar nas unidades das Forças Armadas."

"D.N." a Costa Gomes: "com o devido respeito"...

NA MANNHA de terça-feira dois matutinos de Lisboa anunciavam para o dia seguinte, em termos concludentes, "Golpe de direita planeado para amanhã" ("O Século") e "Golpe Militar de Direita preparado para amanhã" ("Diário de Notícias"). Tal golpe, se dizer dos referidos jornais, estaria em preparação no norte do País e era agora "denunciado" pela auto-denominada "Comissão de Vigilância Revolucionária do Norte".

A propósito de tal anúncio a Presidência da República distribuiu no dia seguinte aos órgãos da Comunicação Social um comunicado assinado por Costa Gomes, na qualidade de chefe do EMGFA, onde se comunicava "ao País português que tal notícia é inteiramente falsa" e se dizia "ter já sido accionado o devido procedimento penal contra os seus responsáveis".

Alegando "total carência de fundamentos" da mesma notícia EMGFA dispensava-se de fazer quaisquer considerações e deixava "a opinião pública do País a liberdade de tirar deste tipo de "informação" as conclusões que quiser".

Um dos veículos que deu publicidade "ao golpe", o "DN", justificava no dia seguinte o "aviso prévio" alegando em editorial que "teve para isso as suas boas razões, fundamentadas em informação que considero de fonte responsável e que, além do mais, não vem em contradição com o contexto político-militar geral. Pelo contrário, diríamos — acrescentava o editorial do "DN" — que é a sua conduta necessária. E ainda convém acrescentar para darmos das almas inquietas, que notícias destas se não damos às cegas (no diário, algumas vezes arriscadas, mas nota e leitor) antes nos buscamos confirmação, com os meios militares igualmente responsáveis".

O editorialista, porém, confessava que "os meios de tanta declaração, e opinião" que motivou o anúncio do "golpe", um comunicado houve que o deixava bastante perplexo, confuso e o mais do estilo: "aquele em que o Estado-Maior-General das Forças Armadas se apressou a comunicar ao povo português que tal notícia é "inteiramente falsa" pois, no seu entender, "é apenas perguntar se é condição para que possa ser dado um golpe militar avisar previamente o respectivo Estado-Maior-General das Forças Armadas".

E mais adiante: "Com o devido respeito pelo general Costa Gomes, deixamos ficar a afirmação (que dispomos prova) de que o Estado-Maior-General das Forças Armadas não está, de modo algum, em condições de dizer que é "inteiramente falsa" a notícia que damos. Pelo muito simples e óbvia razão — concluiu — de que nenhum Estado Maior, seja qual for e onde quer que esteja, pode responder pelas intuições, projectos e obras contra-revolucionárias que subdesfazem as suas actividades e realidades."

Greve do Governo comentada pelo "Luta Popular"

UM COMUNICADO emitido na madrugada de quinta-feira anunciava que o Governo decidia "suspender as suas acções governativas" até quei "S. Estanislau e Presidente da República e o chefe do Estado Maior das Forças Armadas lhe possam efectivamente garantir as condições indispensáveis ao exercício das suas funções e autoridade, em ordem e assegurar a actividade do seu programa de Governo em todo o território nacional".

Esta atitude do Governo era comentada pelo diário "Luta Popular" do seguinte modo: "Tal autoridade de que fala o Governo é evidentemente aquela que permitirá à contra-revolução carregar sobre o movimento operário e popular de forma a assegurar os seus interesses. Esta decisão funciona como ameaça a um cessar-féito pelo Governo, ao Presidente da República, árbitro da contenda entre os dois imperadores para que tenha em conta os interesses do imperador predominantemente no Governo, neste momento em que os social-fascistas adquirem certas posições no aparelho militar, e adopta, consequentemente "as medidas necessárias".

"O processo agora adoptado pelo Governo de "suspender as suas acções" — prossegue o "Luta Popular" — é ainda de carácter político, detente de campo livre, é solução militar para a crise política por parte da burguesia. Ou vêm os AMT's para nos dar autoridade em meio não há Governo: é esta a questão posta. E todo isto tem um pano de fundo e a mesma disputa entre os vários sectores da burguesia e da contra-revolução pela posse do aparelho militar e político do Estado e em de impedir o desenvolvimento da Revolução. Os social-fascistas não hesitam mais uma vez por um novo Governo à imagem de "compromisso" Vator. Tudo o que se espera tirar as mãos do passado e substituí-los que a burguesia a escolher é a constituir aquela que ambos os sectores lhe apontam", — concluiu o "Luta Popular".

P. de Azevedo à "Luta" "não vim apresentar ultimato"

PINHEIRO DE Azevedo segundo o "espertinho" "A Luta" declarou, antecedente à saída de Belém: "Não vim aqui apresentar um ultimato ao Presidente da República. Vamos sim, transcrever as condições mínimas que o Governo exige para poder governar: O Primeiro Ministro era acompanhado na sua deslocação por Vitor Alves, Pinheiro Faíña e Vitor Crasto, incumbidos pelo Conselho de Ministros de acompanhar Pinheiro de Azevedo à Presidência da República.

As "condições mínimas" não foram reveladas, mas segundo o Primeiro Ministro teria declarado ao repórter, estas passariam pelas forças militares, em Lisboa, e em alguns pontos estratégicos do País: "Estos fatos de brevidade; já fui acompanhado duas vezes e não estou disposto a continuar nesta situação de colónia", declarou Pinheiro de Azevedo.

Acerca de Otelo disse: "O general Otelo não me interessa nada, em si mesmo como chefe do COPCON, isto não interessa e para mim o general Otelo tem na revolução. Sou amigo dele desde lhe conheci antes, mas neste momento não me vale nada. A respeito para o problema sobre se Presidente da República".

Charais ao "Jornal Novo": Quem está no poder não precisa de fazer golpes

"AS CAMPANHAS de manobra em que estão envolvidas automaticamente "O Século" e o "Diário de Notícias" só servem para quebrar e fazer das populações e ao entregar à margem de um salvador que se liberte da instabilidade em que se está a fazer viver o País. Este salvador tanto pode ser de direita como de esquerda. Mas tudo o que se cria, é bem mais natural que ele saia de direita. Sendo assim só posso concluir que aqueles dois jornais são convites na preparação de um golpe reaccionário", afirmou ao "Jornal Novo" o Comandante da Região Militar do Centro, brigadeiro Franco Charais, um dos oficiais que no diaz dos dois matutinos Laboetas estaria implicado no golpe.

Charais disse ainda ao "J.N." que "os homens que estão no poder e fazem parte do Conselho da Revolução não precisam de fazer golpes para assegurar a marcha deste país".

Kalinine em S. Bento Carlucci em Belém

DURANTE a manhã de quarta-feira o embaixador da União Soviética em Portugal, Ivanovich Kalinine foi recebido em S. Bento pelo primeiro Ministro, Almirante Pinheiro de Azevedo.

Na tarde do mesmo dia, por seu lado, Francis Carlucci, embaixador dos Estados Unidos no novo País, foi recebido em audiência em Belém pelo general Costa Gomes.

Não foram divulgados os motivos específicos de qualquer dessas audiências, apenas se sabendo que se efectuaram a pedido dos chefes das missões soviéticas e norte-americanas no nosso País.

ANOP divulga: "Otelou ou nada"

"OTELU OU NADA", anunciou a toda a largura da primeira página o "Diário Popular" de quarta-feira, fazendo-se com uma afirmação que um informador do COPCON teria prestado à ANOP. Com efeito, um telegrama daquela agência, datado desse dia, informava que "as unidades da Região Militar de Lisboa não querem a substituição do general Otelo Saraiva de Carvalho no comando do Regio. (...) A fonte militar acrescentou que a posição das unidades é: Otelo ou nada".

E a ANOP conhecia a notícia do seguinte modo "O general Otelo Saraiva de Carvalho manifestou ontem o seu interesse em sair do Comando da Região Militar de Lisboa, desde que fosse substituído por um oficial da sua própria confiança".

Tal substituição veio a verificar-se dois dias depois com a nomeação para o referido cargo do capitão Vasco Lourenço, graduado agora em brigadeiro. A notícia foi tornada pública, ontem, através dum comunicado do Conselho da Revolução Otelo mantinha-se no comando do COPCON e via aumentadas as suas atribuições na direcção superior do projecto de aliança Po-uo-MFA.

SOUSA, Manoel Rebelo de

Um compromisso que é um compasso de espera

Marcelo Rebelo de Sousa

HA QUEM considere a capacidade de decisão uma das características mais marcantes de um político. Há, pelo contrário, quem pense que a capacidade de adiar ou furar certas decisões é que revela a envergadura do estadista.

Nam processo político como tem sido o português, as vicissitudes, muitas vezes inesperadas, as jogadas ou contra-jogadas mais súbitas e repentinas, este dualismo quase institucionalizado que se tem chamado "revolução em curso" constituem um convite à capacidade de dilação e de negociação e à manobra de bastidores.

Espreite-se demasiado pelas suas decisões tem sido um dos temores constantes para bastantes dos homens da cúpula político-militar. Sobretudo para os chefes militares,

que se sabem sujeitos a pressões (quando não mesmo chantagens) enraizadas na lembrança de comportamentos passados, e que visam obter rendições ou compromissos futuros.

Simplemente, há momentos em que se torna fácil alijar decisões ou dilatar prazos. Há outras ocasiões em que o político não depara com alternativa plausível para além de ter de optar por uma de várias vias. Mesmo que saiba que essa opção é provisória e reversível, e queira aguardar uma saída subsequente para qualquer possível insucesso.

Vem isto tudo a propósito da decisão que o Presidente da República, general Francisco de Costa Gomes tem de tomar acerca do futuro do VI Governo Provisório. Melhor diríamos: da decisão que tem de tomar acerca

de questões político-militares que condicionam o futuro do VI Governo.

Constitucionalmente, compete-lhe a designação e exoneração do primeiro-ministro, e, consequentemente, de todo o Governo.

É, pois, de uma decisão sua que depende a saída (ou não) do "impasse" governativo, mais dos vários "impasses" de uma crise que é global.

Claro que o Presidente da República, ao arbitrar esta questão, atua também como Presidente do Conselho da Revolução, e que este órgão tem uma palavra dominante a dizer sobre aquela matéria.

Podé mesmo suceder que o general Costa Gomes, neste caso

mais ainda do que noutros, queira remeter a decisão para o Conselho da Revolução, dele esperando uma deliberação para adoptar.

Suplemente, não parece muito provável que o Conselho venha a facilitar demasiado a penosidade desta decisão.

Uma das suas linhas — a dos Nove — parece mesmo concordar com a posição de Figueiredo e Azevedo: colocar nas mãos de Costa Gomes uma decisão que ele tem fugido a ter de tomar. Como esta linha é tendencialmente maioritária, é natural que no Conselho se afirme com muito peso a ideia de saíja do Presidente da República e Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas decisões que abram caminho (qualquer que ele seja) à superação momentânea do vácuo do poder.

As três alternativas do VI Governo

No fundo — conforme aqui temos repetidamente observado — é em vício de poder que vivemos desde há 11 meses. Não por acaso se podia admitir que o VI Governo governava. Quanto muito, e bem intencionalmente, fazia por isso. A precipitação da ofensiva que contra si o PCP e a esquerda revolucionária moveram, o sequêncio do primeiro-ministro, as declarações desfavoráveis de alguns conselheiros da Revolução, com relevo para Otelo Saraiva de Carvalho — estes foram os pretextos próximos.

Consciente de que já não governava, o VI Governo, de repente, como que ganhou a sensação de que poderia nunca chegar à ver pendoridas condições mínimas para governar.

Al separaram-se-lhe, em três duas vias:

a) continuar, como até aqui, firme na sua disposição de se não demitir, para não abrir caminho a outros esquemas governativos, sabendo embora que se tratava de prolongar uma existência nominal;

b) solicitar a demissão ao Presidente da República, reconhecendo que é insustentável a situação de falta de exequibilidade mínima das suas decisões.

Qualquer das duas alternativas não era isenta de riscos:

— a primeira seria mesmo exemplar de "sado-masoquismo" já que o governo com a sua interiorização da sua própria posição, e ao mesmo tempo, alimentaria os seus diversos contestantes (fundos anti-VI Governos, no assumir responsabilidades que saberia de antemão não poder satisfazer);

— a segunda representaria a confissão pública feita pelo Primeiro-Ministro e restantes membros do Governo e pelos partidos que o apoiam (PS e PPD) da incapacidade governativa, além de que, escamotearia do dado fundamental de que nenhum governo militar, nem mesmo o atual, não se trata primordialmente de um problema do governo, mas de todo o poder constituído.

Um pouco inesperadamente para certos observadores, o VI Governo escolheu uma terceira alternativa: não se demitiria, apenas "suspenderia" as suas funções até que o Presidente da República preenchesse condições político-militares mínimas de funcionamento.

Assim, o VI Governo deixa de assumir as responsabilidades de se encontrar em exercício, sem forçar a demissão, antes remetendo esta para o Presidente Costa Gomes. Se este o demitir, fica claro que é sua a decisão, e que o Governo não foi cederado a sua esquivescência.

Sendo assim, não há "últimatum" do Governo para que Costa Gomes tome uma ou outra decisão; mas haverá um "últimatum" para que Costa Gomes defina a sua posição de forma clara durante a crise.

Fraquezas de um Governo

Quis poderio ser as "taidas" com que deparará Costa Gomes? Amies de as esquivar-se, vejamos, sinteticamente quais são as grandes fraquezas do VI Governo, fraquezas essas que serão certamente ponderadas nesta cruzilhada da sua curta vida.

O departamento "forças" que inclui os serviços policiais, as quadras, os serviços do Trabalho e da Comunidade Social. De afim entre eles existe e serem escaqueadas por ministros apresentados como paritariamente não alinhados, mas sobretudo o facto de respeitarem os sectores-chave em que o PCP e alinhados deste cedo detiveram lugares de peso, e que, aos últimos meses, tinham sido geridos por equipas de confiança do PCP.

A luta do PCP em torno destes dois ministérios é a luta pela

manutenção de posições, e pela inviabilização e inquéritos conforme foi anunciado para o Ministério do Trabalho (vidé entrevista de Vasco Lourenço à "República", de 20/11, em que é explicitada a importância deste inquérito, no que respecta inclusivam. à aplicação de certas acções de massa do PCP).

A situação crítica destes dois sectores soma-se à saída do Ministro e dos Secretários de Estado da Indústria, considerados não alinhados, saída essa que vem alargar forçadamente qualquer reestruturação governativa.

Estes pontos de ruptura do VI Governo têm, em larga medida, uma causa extrínseca. Ou seja, embora tenha sido clara em vários momentos a falta de capacidade de acção, por parte sobretudo dos responsáveis pelo Ministério do Trabalho, na génese da contestação movida contra o departamento

e o da Comunidade Social entre outros — de dois factores trinomeres: — a falta de autotid. revolucionária emergente das vias entre os vários sectores p-tivos é só militar; — a contraposição frontal em a linha de orientação praticada anunciada pelo VI Governo e oposição da maioria dos órgãos de comunicação social pública.

O VI Governo constituiu-se a própria garantia de alterações de orientação dentro dos órgãos, até que lhe fossem favoráveis, plataformas debatidas entre PCP, PS e PS-PPD sobre a informação foram desmoldadas rapidamente pelo PCP logo depois de formado Governo, e as modificações o tinham não concebidas como p-va é sustinida desde Governos, ficando aliadas, vindo a moer e todo o seu odioso sobre a equipa. Plaisiuro de Azevedo. Es adiantamento visa a inviabilizar mi- nas das medidas estão propo- para a informação actual.

No plano militar: nove marcam ponto e Otelo subsiste

Outro aspecto que tem de ser tomado em linha de conta quando se pensa no futuro do Governo é o equilíbrio de forças no plano militar.

No fundo, este equilíbrio é a condicionante essencial da maior ou menor autoridade de que pode gozar o Governo — o VI como qualquer outro que lhe viesse a suceder.

Ora, no que respecta ao domínio militar, as últimas movimentações de comandos, e particularmente a reunião de antemão do Conselho da Revolução parecem querer revelar que se tentou, uma vez mais, uma solução de compromisso.

Quando o afastamento de linhas era para muitos observadores inevitável, vem à superfície uma fórmula complexa e nominalmente de compensações mútuas:

— os nove ganharam a sua quarta Região Militar;

— a linha gerçativa-esquerda revolucionária, em contrapartida, obtém a dissolução do AMI, e o reforço da estrutura de dinamização das relações Povo-MFA.

Esta visão é talvez um pouco simplista, até porque os dois pratos da balança podem não ter exactamente o mesmo peso.

A dissolução do AMI (que nunca chegou a actuar) tem mesmo signi-

ficado político do que a nomeação de Vasco Lourenço, apesar de a presença de Otelo poder parecer por algum tempo sobre a Região Militar de Lisboa.

Por outro lado, Otelo Saraiva de Carvalho sai desta resolução como comandante do COPCON e cria um novo campo de acção político-aglutinando militares da linha "progressista", que não têm p-rioridade o esquema das ligações entre o MFA e as organizações populares de base. Mas, o Conselho não aprova o "Documento-Guia", centrado a sua deliberação num documento de Vasco Lourenço, em tempo elaborado sobre a aliança Povo-MFA.

Paralelamente, o Conselho da Revolução fala em restringir do VI Governo, e aponta para um critério tendencial: a platano entre as forças políticas que não assumem programáticamente e o qualificação das reivindicações às classes trabalhadoras. Finalmente, e sem obstáculos de maior e O prorroga por mais 90 dias a actualidade da Constituinte.

Nem o compromisso em que subsiste Otelo (sendo que sua posição menos forte do que a primeira via poderia parecer) e em que os nove marcam um ponto, a ponte que é aberta para o futuro do Governo pode significar mais coisas. Mas, o que é mais provável que quer significar o duplo é uma certa alteração na composição do VI Governo Provisório.

Duas fórmulas

Regressamos assim à decisão de Costa Gomes. Vimos já quais são as maiores fraquezas do VI Governo. A "leitura" do compromisso político-militar de antanho tem acenado um avanço mais do Norte, que poderá ser mais claro em função da estratégia de Vasco Lourenço no seu novo cargo. Entretanto, a capacidade de mobilização de massas revelada pelo PCP e pela esquerda revolucionária em Lisboa tem também sido superior à que alguns observadores previam perante um certo desinteresse mobilizador do PS e do PPD.

Estes partidos parecem querer deliberadamente jogar no seu proveito o Norte e Centro do País, a que se somam o Algarve e os ilhéus, na disposição de dar um novo significado a fuso estratégico entre duas zonas territoriais com características geopolíticas diferenciadas.

Alis, esta tendência é mais clara da parte do PPD (que supera o PS no Norte e algumas regiões do Centro), já que os socialistas sabem que dispõem de uma implantação nos distritos do sul que é uma reserva potencial ainda insuficientemente organizada.

Parante estes factores condicionantes, as pistas de solução da crise do Governo que se apresentam ao Presidente Costa Gomes parecem ser apenas duas: a) a reconvenção integral do Governo, substituindo uma plataforma (precária) PS-PPD-PCP por uma "entente" PCP-PS-independentes de esquerda;

b) a substituição de responsáveis pelos departamentos governativos mais em aquece (Trabalho e Comunicação Social), e eventualmente, por elementos independentes, e sem substancial alteração do equilíbrio interpartidário presente.

Uma terceira via que seria a manutenção inalterável do Governo parece afastada pelos próprios termos do comunicado divulgado do CR.

O PCP e a esquerda revolucionária batem-se obviamente pela primeira solução. E, talvez, por isso, o deputado Vítor Mota (que consegue sempre exprimir as posições do Partido com uma subtilidade muito superior à dos seus pares) tentou explicar ontem, na Comissão porque é que "suspensão de actividades do Governo" é "demissão" (talas estas já foram uma das palavras de ordem da manifestação de antanho).

Mas, os grandes bastiões da "nova coligação" governativa têm sido os ex-MES, que jogam agora uma carta de favor no sentido de regressarem ao tablado do Poder.

Sem bases, sem organização partidária, os ex-MES sentem-se se vai encostando o seu impagável afirmação governativa. Para tanto de entrar pela cilada do poder, utilizando a sua influência junto de alguns dos "novos", propondo uma "navete" entre PCP e o PS.

Não é assim por acaso que ontem divulgaram um documento, que tem curiosamente certas afinidades conjeturais com o de Oliveira de Dinamização do Estado (vid. pgs. 17 e 22).

Em contraponto, o PS e o PPD parecem não querer alterar o esquema governativo actual as suas grandes linhas, e a política intransigente do PS de não delegar uma aliança com o PPD (mesmo mediada por ex-MES) é difícil tudo o que não seja a substituição de alguns titulares de departamentos ministeriais. Já, Sedes, na sequência de um Encontro Político com Silva Marques Manuel Luzena, prepara-se como que alternativa à proposta dos ex-MES.

De qualquer modo, pensa-se que a resolução do "impasse" governativo poderá não ser simples hoje, nem para amanhã.

O Presidente Costa Gomes quer, decerto esperar para ouvir para ponderar, debater, esclarecer, informar-se e preparar.

E, estas diligências — e permitirão ver quais são os melhores partidos a jogar o bastidores — demoram-se tempo.

Não foi por acaso que no discurso de antanho falou que fica para a História, já pouco, da oratória presidencial no nosso país, que o Presidente Costa Gomes recordou o exemplo à Finlândia. Que sobrevive ao Governo durante cerca de 4 meses.

Encasado será dizer que quem pense, ingenuamente, que Portugal não é a Finlândia...

P. S. — Já depois de muitos análises aparecer um "Documento" dito do COPCOP.

Acaba-se que em algumas instâncias de Lisboa parece levantar objecção à nomeação de Vasco Lourenço para o Comando da Região Militar de Lisboa. E, assim o compromisso de antanho fica de alguma forma "aquecido", o que é tanto mais estranho depois do depoimento verbal de Odeio sobre Vasco Lourenço publicado ontem no "Luz".

ATA E MODIFICAÇÃO DO PARTIDO LÍZBO: A COLIGACÃO GOVERNATIVA E A ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA DE QUE O COMPROMISSO DE ANTONHO TEM SÍMBOLO

E caso para aguardar — e compasso de espera.

Baralhar e tornar a dar

PARA ONDE vai Portugal? Há-de ir para onde quiser o povo português, ouve-se dizer um pouco por toda a parte, para, logo a seguir, se entrar na maior das divisões e ataques de acordo com as opções ideológicas daqueles que já têm a possibilidade de as fazer. É aqui convém meter um parentesis a fim de chamar a atenção para o facto de que são muitos os portugueses incapazes de se decidirem, por carência do substracto mínimo que tal permita, sendo, por conseguinte, presa fácil de manipulações, venham elas de onde vierem.

Nem tudo o que se passa no terreno da luta política resulta imediatamente da luta de classes em tensão dialéctica para o socialismo. Muito resulta de posições pessoais, da carência daquilo a que chamam humildade revolucionária, do culto da pequena personalidade de cada um de nós, que gera, em linha recta, o sentimento anti-popular e dos mais burgueses que dá pelo nome comestinho de vingança. Resulta, ainda num segundo ou primeiro tempo (não sabemos bem) do desejo que cada um tem de fazer a revolução de acordo com o modelo ideológico que apreendeu nos livros e que o levou a aderir a formações partidárias clássicas, de tal maneira que a revolução tem de ser chamada comunista, ou socialista com rosto humano, etc. Seria conveniente e urgente que todas as formações partidárias e todos os mais directamente intervenientes na condução do processo político nos dissessem o que entendem por povo português. São as classes trabalhadoras, pois a igualdade radical inscrita na pessoa à nascença, a ela intrínseca, exige que todos sejamos classe trabalhadora? Ou o povo continuará a ser aquele miscelânea de dadores de trabalho e trabalhadores em que aqueles, por força da própria influência e jogo lógico do capital, encerram estes numa girandola de interesses criados coenvolvendo, naturalmente, os parceiros do mesmo género, de modo a não deixar levantar cabeça do mundo do trabalho para além dos horizontes que eles próprios lhe demarcarem?

Convém notar, porém, que a exploração do homem pelo homem, contra a qual se pronunciam já os portugueses, não se circunscreve apenas ao âmbito do material mecanicista, que, aqui no caso, e para usarmos palavras pobres, se traduziria naquilo que se pode comprar com o dinheiro. A exploração do homem pelo homem enquadra-se, também, no âmbito da instrumentalização do homem pelo homem, ou seja, quando pessoas (radicalmente iguais) se servem das outras como objecto dos seus desígnios, coisificando-as. Quando na sociedade a liberdade, ou seja, aqui no caso, a autodeterminação, apenas é possível aos chefes.

São duas facetas da mesma exploração do homem pelo homem. Ora esta exploração continua a fazer-se em Portugal nos sectores que chamam de direita e nos sectores que chamam de esquerda, todos actuando em nome do povo que no fim e ao cabo é quem paga as favas, o bode expiatório de toda esta "ópera buffa".

Vai-se proceder a reajustamentos nos quadros cimeiros da condução política, que parece continuar condicionada pelas mesmas forças organizadas que a têm cupulado até hoje. Essas forças, porém, ainda não mudaram, nem de natureza, nem de estratégia e ainda, ontem, se serviam da mesma táctica. Com o povo português em marçosa a ser bistiariado segundo os ângulos de focagem. E a gemer por todos os lados. Até quando?

Até quando o poder estiver ao serviço de todo o povo e não apenas de uma parcela que pretenda impor a sua hegemonia, instrumentalizando o resto.

Sintomáticas neste aspecto as entrevistas, ontem aparecidas no "Jornal", com Otelo Saraiva de Carvalho e Vasco Lourenço. Ambos a destilarem fraternidade um pelo outro. Ambos a dizerem que estão de acordo quanto ao fim, mas não quanto aos meios. E em nome dos meios guerreiam-se as facções que eles representam. Guerreiam-se não a tiro, por enquanto, embora pensemos que o povo português que viu a reportagem da televisão sobre as centenas de milhares de armas que existem em Beirrolas, tenha ficado com o credo na boca, pois não conhece "as boas mãos" a que podem ir parar.

Por tudo isto pensamos que ainda não há coragem para sair da crise. Continua o jogo de cartas: baralhar e tornar a dar.

ANDRADE, António Flores de
BRANCO, Rui
Dias, António

Expresso

75- 11 - 22

8

RUI BRANCO é um leitor que, de Oxford, enviava textos ao EXPRESSO. Já de Lisboa, nos chegou este que, a propósito dos acontecimentos que culminaram com a manifestação da construção civil, fala do papel dos sindicatos e da necessidade que Rui Branco vê de eles participarem nos órgãos de decisão.

A ilustração é do nosso colaborador ANTÓNIO, também autor habitual do Kafarnaum do Expresso Extra.

O boato, suas diversas utilizações e sucessivas formas, é o tema do artigo de ANTÓNIO DIAS que os leitores já conhecem, como ilustrador de alguns "momentos políticos" e como contestador das "frentes de unidade" que proliferam por aí.

ANTÓNIO FLORES DE ANDRADE, também já publicado nestas páginas, pede ao MFA que faça outro 25 de Abril, admitindo que os militares que o fizeram se deixaram trair por "oportunistas"...

As horas que abalaram S. Bento

Rui Branco

RIOS DE TINTA se gastaram e mais se gastarão sobre a crise económica que atravessamos. Entretanto, enquanto as especulações vagueiam ao sabor de tais rios, o poder político constituído levanta por aqui e por ali barragens de ocasião, na esperança que elas parem a força da maré que impede os manibócos de levar a bom termo o barquinho.

Contudo, barragens e diques de ocasião, ainda que colocados no lugar exacto no momento oportuno não deixam de ser de ocasião. Assim, gastam-se os cabedais no seu levantamento, usam os braços e as frotas no seu construir e quando se julgam prontas, vem uma onda e zai! As pedras caem, entulha-se o rio e o pobre barquinho acaba por encalhar algures, nas próprias pedras que o próprio timoneiro fez lançar.

Vem esta farfaliante prosa a propósito da não menos falhada medida urgente tomada pelo nosso conselho de ministros de "atribuir ao Governo a competência para determinar a massa salarial a atribuir ao sector da construção civil".

A medida seria revogada algumas horas mais tarde pela acção dos trabalhadores na Praça das Cortes, que pela sua acção decidida, fizeram passar a competência de determinar a massa salarial a atribuir ao sector, do governo para os representantes eleitos dos trabalhadores (sem luta. De modo algum, em democracia o facto é inédito. Contudo as lições que devemos tirar dos acontecimentos que abalam o palácio de S. Bento, não são de modo nenhum aquelas que alguns partidos nos querem fazer tirar como sejam — porca de autoridade do Governo etc. Ao contrário o que me parece relevante perguntar, é que papel entendem esses mesmos partidos, que os sindicatos devem desempenhar quer no desenho de política global de governo, quer no estabelecimento duma política de salários e preços, que torne viável a tão doente economia portuguesa.

Tomada no isolado a decisão do Conselho de Ministros não espanta. A crise da economia portuguesa agrava-se dia-a-dia, como os resultados do último inquérito de CEP o comprovam sobejamente. Desemprego, a depreciação real da moeda, a decadência do volume de reservas, a redução acentuada do volume de investimentos, etc. são os principais ingredientes de qualquer crise económica. Contudo, no caso particular português, (talvez seja a altura dos nossos políticos o dizerem) e mal não está em atravessarmos tal crise, uma vez que ela surge não só em consequência da crise económica global que o capitalismo atravessa, mas mais importante, ela é de facto o preço da estagnação social e política a que o 25 de Abril quis pôr termo e que durou quase meio século. O preço é igual, ao que pagaram outras sociedades para se libertarem de estruturas feudais e aristocráticas e para estabelecer uma sociedade mais justa. Talvez seja verdade que estas mesmas sociedades (Francesa, Inglesa etc.) pagaram a prestação, através duma remodelação mais ou menos lenta das suas estruturas sociais, o que em Portugal se está a pagar a preço. Mas a verdade é que as estruturas deixadas pelo regime de Caetano não permitem outra forma de pagamento.

As consequências de tal forma de pagamento, ainda que passagieras (se for encontrada a forma de governo correcta para resolver a crise), estão à vista: Estagnação da vida económica do país, o regresso dos nossos indicadores económicos a taxas que ficam aquém das nossas capacidades de produção existentes antes do 25 de Abril, etc.

É fácil ao nosso político Quetrolano, atirar as suas responsabilidades para trás das costas e atribuir a outrém (aos, disordem, etc.) as responsabilidades da crise. Contudo tal atitude não faz senão adiar o pagamento de que falávamos, o que de modo nenhum resolve o problema. E o mal não

está (repetimos) em ter que efectuar a prouto o preço duma sociedade mais justa. O mal está (entre outros), na especulação da crise, feita por partidos que se querem responsáveis, com o único fito de capitalizarem mais uns magros ou gordos voos, mais uns gordos ou magros números de cabeças, para juntar à manifestação a realizar, em favor deste ou daquele.

O mal está em que tal atitude por parte desses partidos políticos (a qual a patologia não está totalmente alheia), tenha que ser o juro que o povo português tem que pagar por a tal sociedade mais justa. E que não haja dévidas: É juro de usurário!

Mas senhores políticos, cuidade! Em nenhum país do globo a taxa de juro é totalmente "elástica". Mesmo o juro obedece às leis da oferta e da procura. E se Keynes está certo, a nascente e a jazente das curvas da "procura", há o que ele chamou "liquidity trap", onde por mais alto ou mais baixo que seja a taxa de juro, a procura deixa de se verificar e a oferta perde o sentido.

Mas voltemos à vaca fria: A tal medida tomada pelo nosso conselho de ministros, não é como diziamos de espantar, se tomada fora do contexto político português de hoje. É evidente que o sector está em crise. É evidente que a indústria portuguesa, todo o português o reconhece, está em crise. Reconheço-o o camponês do Norte, onde (sejamnos franco!) a revolução chegou no arrebol de 25 de Abril através da Rádio e agora chega através do desemprego e das vagas de retornados. Reconheço-o o operário agrícola do Sul, que intimamente sabe que os seus esforços (e tão grandes são!), para criar uma sociedade nova serão vãos, se não se criar um sistema alternativo para escoar os seus produtos, se sistemas de crédito amplos não vierem em sua ajuda, ou se não for racionalizada a sua produção. Se enfim as autoridades centrais estiverem tão longe das

suas realidades, como digamos a UDP está das do pequeno agricultor minhoto, ou das da operária têxtil de Lisboa.

O Povo Português sabe por exemplo que a soma do consumo privado e público excedem o produto nacional. Sabe que tem de produzir "mais e melhor"! Sabe que é precisa "disciplina"! Mas sabe igualmente que uma sociedade só é livre quando os explorados têm o direito de se perguntar a que espécie de disciplina devem eles obedecer, ou melhor ainda, com que fins devem eles obedecer a uma certa disciplina! "Estamos todos no mesmo barco", dizia durante a greve dos mineiros que levou à queda do regime de Heath, um deputado conservador. "Pois estamos", respondia-lhe o seu homólogo trabalhista, "mas uns estão a remar! Outros têm bilhetes de primeira classe!"

Se é assim em que direito ou em que autoridade moral nos baseamos para pedirmos aos remadores sem força na estocada?

Autoridade adquire-se quer por consenso, quer pela força! Poder-se-ia aqui argumentar com alguma dose de consistência que a medida argente tomada pelo novo conselho de ministros leva a tiza da força. Na sua essência ela tinha como função atuar para cima do sector da construção civil a força dum governo que tem sido apoiado por manifestações duma massa que possuía ideias débais de disciplina. Na sua essência a medida é simples.

Tratava-se de impôr a uma base, que se acreditava fraca, uma certa disciplina desenhada no topo da pirâmide de poder que se julgava forte, uma vez que apoiada pela tal massa de que não se tinham apercebido, professava ideias duma disciplina débil.

É de mais pouco que a pergunta se punha no princípio desta prosa se pôe em toda a sua equidade: Que papel entendem as forças políticas deste país, que os sindicatos devem desempenhar no desenho das políticas globais, na

definição de disciplina a seguir, numa definição de políticas de salários e preços, etc.?

Uma das causas estruturais que levaram à inviabilidade do regime anterior como sistema político, foi exactamente a sua incapacidade de integrar no próprio sistema, forças políticas, sociais e económicas, que cresceram e atingiram uma certa maturidade, ao longo dos quarenta e tal anos de ditadura. Excluídas do processo de decisão, tais forças foram evoluindo como forças autónomas que, porque marginalizadas acabaram por se pôe em oposição aberta ao regime. Partindo desta óptica pode perguntar-se: — O que é que se está a passar com os sindicatos em Portugal?

Saldos do 25 de Abril como representantes legítimos das interesses das classes que representam, a sua função é a de defenderem os interesses das mesmas classes. Mas de que modo podem eles exercer tais funções? Com ou contra o governo constitucional? Fora ou dentro do poder de decisão?

A questão está aberta ao político deste país. Se se querem os sindicatos divorciados do poder de decisão, será de esperar que eles cresçam e se robusteçam como forças reais e antagonicas, e que sem dúvida a curto prazo se transformem em forças de oposição a qualquer poder estabelecido. Se por outro lado se pensa que é dentro do processo de decisão que os sindicatos melhor representam os interesses dos seus associados, então que se estabeleçam já mecanismos constitucionais que permitam a integração das forças sindicais nos órgãos de decisão.

As quase quarenta e oito horas que abalaram o palácio de S. Bento, seriam não de alguma maneira úteis ao país, se os nossos políticos começassem a pensar como aproveitam a força que os sindicatos demonstram possuir, para levar a bom termo esta revolução, em vez de a priori os considerarem como inimigos com quem têm de coexistir e suportar.



A aliança da mentira

António Dias

«Ladrões, homens públicos que se vendem para arranjar um lugar melhor, escritores vendidos, jornais corruptos.

É esta a nossa 'grande imprensa'.

Lenine, referindo-se, em 1914, aos «DN» da Rússia.

«O BOATO é inconsciência e crime», «ésc como uma lâmina», «não dá ouvidos ao boato», eram algumas das exortações que os portugueses em geral, os soldados em especial, mais repetidamente ouviam ou liam durante o fascismo.

«Boato» não eram as acoardas que o SNI e o SEIT de má memória persistentemente difundiam, as campanhas de «acção psicológica» do exército nas colónias, as «notícias» sobre lutas intestinas

e ciúdes entre as organizações clandestinas em luta contra o regime ou no seio dos movimentos de libertação.

«Boato» eram as vitórias dos Povos das colónias sobre o «glorioso exército», as informações bichanadas acerca das torturas exercidas pelas polícias do regime; «boato» foram os rumores sobre o movimento dos capiflzes e quase chegou a ser a «intenção» das Caldas.

Triunfante o MFA, Spínola instalado em Belém, praticamente consumado o assalto das tropas de Cunhal à «informação», entrou-se na época da promiscuidade do «Povo» com as Forças Armadas, antes do concubinato do «Povo» com o MFA e do casamento entre o «Povo» e o companheiro Vasco, (que

parece ter-se resolvido com um divórcio por não consumação do matrimónio).

O fascismo passou então a brandir a lâmina que antes afirmava só ser majenada pelos agentes da «conspiração internacional contra a Nação portuguesa».

Uma parte destes (rebaptizados de «Povo Unido») retorquia com o «sido dos ouvidos à reacção» que fez época. Era o boato-arma da reacção.

Até que, senhor incontestado (na sua própria e falível opinião) da «informação», o «ganga» da propaganda começou a exagerar. E a idade de Ouro do boato-provoação. O indefectível boato passou a ser uma peça fundamental da estratégia golpista e contra-golpista: «eu digo que tu vais fazer, para que tu

tentes fazer e eu responda fazendo».

Demonstrou-se que o boato podia ser, mais que uma lâmina, algumas chaimies, uma ou duas companhias de paraquedistas, barricadas q. b. ou mesmo uma mão cheia de «nacionalizações».

Acontece, porém, que também há um «know how» do boato. A sua utilização especializada não se compadece com amadorismos nem com a improvisidade de que uma parte dos «operadores» deu provas (e não só neste campo).

Para os especialistas, para os tecnocratas do ramo, a difusão do boato consegue ser algo de muito subtil para que o seu efeito seja o desejado. A subtileza, porém, é coisa que não abunda nas hostes que Carlos Costa comanda.

Vai daí, um rumor que devia começar a circular em meios restritos, tão sábia e cuidadosamente lançado que a sua fonte não pudesse ser determinada, que devia passar para os bancos dos autocarros e para os salões de cabeleiros e, só depois de espantar nas entrelinhas dos jornais, desabrochar com foros de facto confirmado, passou a ser, logo de início, atirada brutalmente para as primeiras páginas, a coberto do desacreditado «circulo próximo de (...) informantes», «fontes bem informadas afirmam».

Coisas de rapaziada impa-

ciente, cheia de zelo mas de pouca competência, a quem os «mestres» estacionados em Moscovo deviam dar sapatadas nas mãos gulosas e pôr de castigo, a escrever cem vezes no caderno diário «devagar se vai ao longe, devagar se vai ao longe, devagar...».

De facto aconteceu que, depois da utilização do que devia ser apenas um dos vários meios como o único meio de difusão do boato, acabou por se dar um curioso fenómeno de transmutação: O JORNAL BOATEIRO TRANSFORMOU-SE NO PRÓPRIO BOATO.

O cidadão incauto que esportula hoje os quatro escudos pelo «DN» julgando comprar um jornal, compra, afinal, um boato — que, dada as notórias falhas de qualidade e monotonia do produto, é carote...

«Há um procedimento a que a imprensa burguesa recorre sempre e em todo o lado e com que obtém bons resultados «infalíveis»: mente, faz barulho, grita, repete a mentira «calúnia, que alguém cairá», dizia Lesine.

É coisa sabida que a chamada «informação» e a «liberdade» da dita são objecto de enormes confusões. Sempre os verdadeiros comunistas defenderam a liberdade de imprensa, mesmo a que os liberais apregoam, por considerá-la um passo em frente em relação à existência de censuras. Mas o que os comunistas não perdem de vista é o facto de a «informação» da burguesia (logo também a «informação naciona-

lizada» pelo poder burguês) não poder passar, do pé para a mão, a defender os interesses do seu inimigo.

No escamotear desta realidade assenta um outro grande equívoco: a confusão entre a sua possibilidade de colocar a imprensa e os jornalistas burgueses ao serviço do Povo e a impossibilidade histórica de de uma outra tribuna e outros os funcionários do Povo. Chamar a «República» o jornal dos órgãos da vontade popular ou «RR» a «voz da Classe Operária» pode ser um bonita maneira de falar mas nem por isso é menos mistificação.

Logo, das duas uma: ou a Revolução se verificou, o Povo pertence aos trabalhadores e os órgãos de informação são um espresado desse Povo, ou a Revolução não se verificou, não são os trabalhadores que ditam o Poder, e então o «donos» é o Século, do «DL», etc. e o estado burguês e não os outros será graciosamente, antes de se destruído.

Não pode obviar-se a esta situação? Como colocar o «DN» (o «DL», o «Século», a «República»,...) ao serviço do Povo?

A resposta é, para os comunistas, clara como a água: não os colocando ao serviço de nenhum partido, sem os colocar acima destes, mas-abrindo-os a eles. Não a todos, evidentemente aqueles que querem calar a voz do Povo, não têm direito a pa-
vra.

Como podemos sair disto?

António Flores de Andrada

SOU por natureza optimista e, como tal, creio firmemente numa saída saudável para a grande crise que em Portugal está metido. Isso não obsta a que comece da séria preocupação generalizada, quanto aos sacrifícios e obstáculos a transpor, até que podemos respirar de alívio. E o que representa esse alívio? A ordem, a disciplina, uma linha de rumo perfeitamente definida, sem mais nada? Não. A ordem e a disciplina desajam-se, mas como base de uma política de justiça social, conduzida pela vontade livremente manifestada pelo povo, que, à medida que se for cada vez mais esclarecendo sobre aquilo que realmente melhora os convénios, escolherá o socialismo como forma de organização social. Assim o creio e assim o desejo. E assim o disse o povo português em 25 de Abril de 1975.

No entanto, a revolução que começou um ano antes, encontrou e viu engrossar uma enorme fileira de oportunistas, de intelectuais, de frustrados e de bilhões, que ligado a lado com umas poucas poucas pessoas honestas e bem intencionadas rapidamente agarraram o "processo", lhe chamaram seu e... aí vai dito que é uma presa: puxaram a carroça da revolução com tanta força e aparato, como o fuzilam se, em vez dos militares do 25 de Abril terem dado um piparote em Marcelo Caetano, este apareceu agora e disse um piparote aos militares. (Não me refiro é claro, a Mário Soares, a Álvaro Cunhal, a Palma João, a Melo Antunes, a Octávio Pato, a Salgado Zenha e a tantos outros — civis e militares — com uma oserência e passado político à prova de bala. Nem me refiro a ninguém em particular. A ninguém

em especial procuro atingir: que a carroça sirva a quem servir).

Mas é bom que se saiba a quem se deve toda a crise e destrambelhamento em que Portugal e o povo português se vêem metidos, após um movimento ou revolta, ou revolução, ou o que se lhe queira chamar, coageminado e escrutado com uma enorme puzosa de ideais e idealmente-se com uma correcção e humanidade exemplares — uma verdadeira revolução de craves, como alguém inspiradamente lhe chamou.

É muito cedo ainda para se fazer a história do 25 de Abril e das suas consequências: primeiro porque estas estão longe de se terem esgotado depois porque nunca é fiel a história escrita em cima dos acontecimentos. Mas algo é preciso ir aventando, que ajude, eventualmente, a fazer a auto crítica por parte de quem, de algum modo, tenha a coragem de sair a sua quota-parte de responsabilidade, o que poderá ter efeitos correctivos no processo, suficientemente profundos, para conseguirem fazê-lo remir no camin de que muito cedo saia.

Tudo começou com uma enorme explosão de alegria popular, de norte a sul do país, espelho inequívoco de adesão sincera e espontânea do povo português à queda de um regime que o oprimia, que cada vez mais carava o fozo entre os ricos e os pobres, que lhe matava os filhos e esmagava o país para a ruína económica, isto salda o o povo, sentia-o bem na pele! De fascismo, e socialismo, e poder popular, e social-democracia, e socialismo democrático, e unicidade sindical, e vanguardas revolucionárias, etc., etc., etc., não sabia nada. E cada vez quer saber

menos, o que é lamentável, mas não é culpa sua.

O que o povo sabia era: que queria falar, e não o respeitavam; que queria comer e não tinha pão; que queria os filhos vivos e sãos, e os tinha mortos ou estropiados.

E que está a acontecer hoje ao povo? Deixam-no falar, e depois chamam-lhe ignorante. Prometem-lhe pão, e cada vez lhe falta mais; e quanto a mortos e estropiados, por nos andaz, não tarda que sejam os pais e os filhos!

Mas voltemos atrás. Um punhado de militares toma o poder, propoendo-se, e propoendo ao povo português, "a substituição do sistema politico vigente (...) sem convulções internas que afectem a paz, o progresso e o bem-estar da Nação", o saneamento da politica interna nacional e das suas instituições. "formando-se, pela via democrática, indicadas representantes do Povo Português" (como constava, textualmente, do Programa do MFA).

E rezava também esse Programa: "O MFA (...) dirige a todos os portugueses um vemente apelo à participação sincera, esclarecida e decidida na vida pública nacional e enceta-se a garantir, pelo seu trabalho e convívio pacífico, qualquer que seja a posição social que occupam, as condições necessárias à defecção, em curto prazo, de uma politica que conduza à solução dos graves problemas nacionais e à harmonia, progresso e justiça social indispensáveis ao saneamento da nossa vida pública (...)"

Diz o povo que "ad os burros e as pedras é que não mudam". E como o Programa do MFA, e os homens que o concebaram, não eram

luros nem pedras, o documento veio a sofrer fortes impulsos, que o modificaram nos seus objetivos, forçando-o a adaptar-se às circunstâncias concretas que foram surgindo. Ninguém de boa-fé poderia, aliás, defender que o Programa (qualquer que fosse) se deveria manter invariável, ao longo de um processo inevitavelmente contínuo. Mas a sua desatualização foi tão rápida e profunda que, das duas uma: ou quem fez o 25 de Abril baseou nele, foi traído nas suas intenções; ou quem fez o 25 de Abril tinha intenções diferentes das que enunciou no Programa, e traiu quem nele acreditou.

Não me refiro, por exemplo, à descolonização, que não estava previsto no programa, onde apenas se afirmava que "a solução das guerras no ultramar é política, e não militar" e se prometiam "condições para um debate franco e aberto, a nível nacional (que não houvesse do problema ultramarino)". Porque foi dos que combateram em Angola, desde 1962, todo me apercebi de que a independência das colónias era não só justa, como inevitável. Adiar tal solução seria não só odioso, como irrealizável. Isto independentemente de qualquer juízo de valor (que quem quiser pode fazer) sobre se a descolonização foi "bem ou mal feita". Pense, e como juízo que seria a única maneira de acabar com a guerra, não tenho dúvidas de que ela correspondeu a um dos anseios mais profundos do povo português, que, assim, não pode sentir-se traído pelo Programa do MFA, só porque a descolonização dele não constava explicitamente.

Não me refiro também à poseção da criação de organizações

populares de base, posteriormente propagadas pelo MFA, porque não corresponde a uma das melhores vias de que qualquer povo dispõe para organizar-se na defesa dos seus interesses. (Bom será que não sejam espontâneas, para se afirmar qualquer hipótese de manipulação partidária). Mas não é também por não constarem do Programa do MFA, que este se deveria abster de as apoiar. E mais exemplos se poderiam dar de que não seria possível nem desfezível um Programa estático.

Mas... como é que, por exemplo, o MFA consentiu, e consente, na substituição do sistema político vigente em 25 de Abril, se este se processar por entre as maiores convulsões sistêmicas, que cada vez mais se agudizam, que cada vez mais afectam a paz, o progresso e o bem-estar da Nação? Como é que,

por exemplo, o MFA permitiu, e permite, que uma instituição como a Assembleia Constituinte, indiscutivelmente representativa, pela via democrática, do Povo Português, seja publicamente menosprezada, enveredada e ofendida, ao ponto de se sequer tirarem os seus membros? Como é que, por exemplo, o MFA consentiu, e consente, que alguns dos seus membros mais eruditos, agitados, vigorosos e publicamente uma política que visa a marginalizar largas camadas da população portuguesa, segundo-lhes o direito de participarem na vida política nacional, pelo seu trabalho e contribuição pacífica (cada vez mais em perigo) que, qualquer que se a posição social que ocupam, tarefa de todos os portugueses com vista à solução das graves problemáticas nacionais e à liberdade, progresso e justiça social?

Faço notar que todos os sublinhados são palavras usadas do Programa do Movimento de Forças Armadas!

Como é que o MFA consentiu, e consente, que o seu Programa tenha sido, em pontos absolutamente fundamentais, completamente violado, tanto que o Povo Português tem todo o direito de se sentir traído? Por que duas hipóteses. Pois bem: primeira e sinceramente acredito a primeira, isto é, que os militantes do 25 de Abril foram traídos nas suas intenções! Traídos por alguma ingenuidade (e não são os únicos a poderem queixar-se disso); traídos pela fileira de oportunistas que, como hienas, surgem sempre que alguma fraqueza; e traídos por alguns dos seus camaradas de armas, ingénuos ou hienas, conforme os casos.

Seria grosseira levantando o véu sobre o MFA a culpa da situação altamente crítica que vivemos em Portugal, neste momento. Mas os militares do 25 de Abril (e estes são os que aderiram, numa não dinâmica, ao essencial do Programa do MFA), a quem devo voltar o Povo Português, após um apelo: assumam de novo a condução do processo, com o respeito rigoroso pela vontade e direitos desse mesmo Povo, e colaboração com os Partidos que respeitem os princípios essenciais enuncidos no Programa! Mas também não com a firmeza e coragem que vos tem faltado! Assumam a dolorosa necessidade de excluir o processo alguns dos vossos camaradas, como em 25 de Abril foi preciso! Sabem este pela ruína e da ditadura!

Sabem como podemos ter isto? Fazam outro 25 de Abril!

BRAS, A.
PINTO, Mário
MORRIS, Teodoro
SALVADOR, A.

Expresso

75-11-22

13-16

O caso dos "páras" de Tancos

**Mesa-redonda com representantes
dos 123 oficiais que saíram
da Unidade**

**«O QUE ESTÁ EM CAUSA
NÃO É A LUTA DE
CLASSES
MAS A MANIPULAÇÃO
PARTIDÁRIA»**

123 OFICIAIS deixaram a ESCOLA das Tropas Paraquedistas, em Tancos, logo seguidos do seu comandante. Pode dizer-se que foi a totalidade, pois os que ali permaneceram contam-se pelos dedos de uma só mão. Pelas notícias que até nós chegaram, o número dos oficiais paraquedistas solidários com a posição dos 123 já sobe, incluindo estes, a mais de 140. Não contando com os oficiais paraquedistas que estão a chegar de Angola, há, neste momento, em Portugal, à roda de 150.

O facto, dados os números acima apresentados, é de si suficientemente grave, para merecer largo tratamento e exame. No entanto, pouco a Imprensa dele se tem ocupado.

Na Unidade ficaram os sargentos, soldados-alunos e praças, na sua grande maioria. Isto prestou-se imediatamente a elaboração de textos em termos de luta de classes. De um lado estariam os sargentos e praças com as classes trabalhadoras, do outro os oficiais, conservadores reaccionários contra as mesmas classes trabalhadoras. O esquema, no entanto, é demasiado simplista analisado à luz da teoria. Ser sargento não significa, por si mesmo, opção de classe, nem ser oficial significa, por si mesmo, ser conservador. Como ser preto em Moçambique ou Angola não significa estar integrado nos movimentos de autêntica libertação.

Por isso mesmo e porque a teoria não é radiográfica, resolvemos abrir o «dossier Tancos», começando por ouvir oficiais e um soldado, representantes do grupo que resolveu sair da Unidade, protestando contra o que chamam manipulação partidária da mesma. Falaram, nesta mesa-redonda, que antes de publicada foi lida por muitos outros que manifestaram a sua concordância, o tenente coronel



Otelo: apoia os sargentos que se lhe oferecem, passando por cima das vias militares instituídas



Vasco Gonçalves: chegou a estar demissionário por não ser obedecido pelas Forças Armadas no caso da Rádio Renascença



Moraes e Silva: um CEMFA que Otelo não consultou



Costa Martins: uma presença (activa) no caso de Yancos

Ferreira Moraes, os capitães Mário Pinto e António Brás, o alferes miliciano, José Salvado e o soldado-aluno, António Luis Salvação. Pelo EXPRESSO moderou a conversa Augusto de Carvalho.

Da mesa-redonda, primeira peça deste importante processo, que o povo português tem direito a conhecer nos seus mínimos pormenores, salientamos vários pontos:

1 — Para este grupo há muito que um determinado partido político se havia infiltrado na Unidade, procurando minar os seus

alicerces, a fim de desagregarem as Forças Armadas, desagregação essa meio poderoso para a conquista do poder.

Embora nenhum dos oficiais lhe pronunciasse o nome claramente, da conversa resultou, sem margem para dúvidas, que nas suas mentes estava presente o PCP.

2 — Esse determinado partido já havia tentado acção semelhante com os Comandos da Amadora ao que se opôs Jaime Neves, apoiado, num segundo tempo, pelo coman-



Os participantes na mesa-redonda: da esquerda para a direita, soldado-aluno António Salvação, alferes miliciano José Salvado, capitães António Brás e Mário Pinto, tenente-coronel Ferreira Moraes e o moderador, pelo EXPRESSO Augusto de Carvalho

dante do Copcon que reconheceu a manipulação partidária. Também, então, Jaime Neves acusou o PCP.

3 — Outra acção com o mesmo objectivo se verificou na Escola Prática de Infantaria de Mafra, a quando da detenção de uma praça na Trafaria.

4 — Afirma este grupo que o caso da destruição dos emissores da Rádio Renascença foi apenas um episódio que serviu para despoletar a marginalização dos oficiais de Tancos.

Quem são estes oficiais? Reaccionários conservadores?

Pela conversa que com eles mantivemos foi-nos possível chegar à conclusão que estão ao lado das classes trabalhadoras, dispostos a seguir as suas vontades quando legitimamente expressas. Assim se pronunciaram pela reforma agrária, contra os latifundiários e por tudo o que significasse avanço e melhoria das classes trabalhadoras. Mas entendem, segundo disseram, o socialismo em sentido humanista e são ferrenhos em condenar a manipulação partidária das Forças Armadas.

Esta Mesa-Redonda foi gravada, na quarta-feira, ainda antes da decisão do Estado Maior da Força Aérea que ordenou a passagem à situação de licença registada das praças e recrutas paraquedistas daquela Unidade.

Desfilam na conversa, entre outras, as personalidades do general Otelo, de Morais e Silva (CEMFA), de Costa Martins, de Vasco Gonçalves, figuras de relevo para a compreensão deste processo em que nos aparece claramente a fractura existente entre as cúpulas militares, com especiais responsabilidades para o Comandante do Copcon. E torna-se sintomático o aparecimento constante de Costa Martins.

Na raiz da questão desagregar as FA's

EXPRESSO — Começaria por lhes perguntar o que é a situação no Regimento de Caçadores Paraqueidistas que tem no 123 de Vila Rica, a cerca da Unidade e a apresentação-se na chefia do Estado-Maior das Forças Armadas? Para que os nossos leitores pudessem bem o problema seria bom começar por apresentar, isto segundo a vossa óptica, o estado da questão.

ANTÓNIO BRÁS — A situação que hoje se vive na Escola Base dos Paraqueidistas de Tanco, é anormal, anómica analisada do ponto de vista militar, de organização funcional de uma unidade. De lá saíram, como é do conhecimento geral, 123 oficiais, facto que veio provocar impacto na opinião pública e que tem vindo a ser comentado nas mais diversas formas. Há uma certa ansiedade em saber o porquê da questão. Como é que isto aconteceu? Esta situação resulta, em meu entender, da tentativa de desagregar as Forças Armadas, tentativa essa que faz parte de uma estratégia habilitemente montada, sabidamente seguida e explorada em todos os seus pormenores. Não temos dúvida nenhuma em fazer esta afirmação, pois há exemplos que a provam: o caso dos Comandos, a que inteligentemente o coronel Jaime Neves e em tempo oportuno soube repor na sua verdade e, finalmente, tirar o melhor partido da situação que propostamente lhe fora criada por uma determinada facção política que visava, fundamentalmente, criar a mesma situação que nós hoje temos na Escola de tropas Paraqueidistas, em Tanco. Tudo isto para provocar a desagregação a que acima me referi. O coronel Jaime Neves soube, em tempo oportuno, cortar o mal à raiz.

Soube denunciar, com energia usada, as origens desse mal-estar e a intencionalidade dos acontecimentos e fi-lo para preservar o todo e custo a unidade e a coesão das Forças Armadas. Soube operar um volte de face na situação que essas correntes políticas pretendiam manipular.

A estratégia não parou aqui. Recordo, também, o caso da Escola Prática de Infantaria, em Mafra, a propósito da detenção de uma praça ligada com a questão dos SIVs, praça essa que foi detida na Trufaria e o imbróglio e o órcing que se gerou à volta dessa situação; portanto a mesma estratégia em marcha para conduzir à desagregação continuada das FAs.

Apenas quatro oficiais paraquedistas na Escola-Base

EXPRESSO — Seria conveniente precisar, neste ponto, o estado do Regimento de Caçadores Paraqueidistas ou seja da Escola Prática de Tanco, quanto a um número de oficiais aí presentes.

ANTÓNIO BRÁS — Neste momento, a Escola tem quatro oficiais paraquedistas: major Pessoa, comandante interino, pois o comandante efectivo, coronel Calheiros, já saiu da Unidade tendendo a solidarizar-se com o grupo

Origem da estratégia

A. BRÁS — Prestando serviço na unidade, na data dos acontecimentos, apenas o Major Pessoa (este de licença na altura) e o tenente Matos Serra.

Esta estratégia de desagregação das unidades, no que diz respeito às tropas paraquedistas, tem as seguintes origens, que, aliás, importa referir: há cerca de dois meses, o Comandante das Forças Armadas, mas em termos de corpo ou seja de grupo, enquanto grupo) e do oportunismo

Sargentos e praças?

EXPRESSO — Foram, porém, os sargentos quem desencadeou todo este movimento ou foram os soldados tendo agido aqueles sob pressão destes? Faça esta pergunta porque houve quem me informasse que se trata, na realidade, de um movimento de soldados com a participação dos sargentos.

A. BRÁS — Queria fazer aqui um aparte, pois as coisas não aconteceram por acaso. A referida titula que citei há pouco, ao intrometer-se na classe, mais propriamente nesse grupo de sargentos, chamemo-los de vanguardistas, actuais certamente e ao mesmo tempo nos soldados. Sendo assim e dentro desta manobra toda, os acontecimentos precipitaram-se. Os factos que viriam a produzir-los foram proposadamente explorados, factos, aliás, que, para pessoas de boa fé, seriam encarados normalmente. Em determinada altura, por exemplo, essa vanguarda, ou seja, os líderes ideológicos da classe dos sargentos, pressionavam constantemente o Comandante da Unidade, no

início dos 123. Ali se mantivera, durante este tempo, para que não fosse criado um vasto hierárquico administrativo. Este major Pessoa será, por consequente, o comandante instruído por indicação dos oficiais que se intitulam progressistas, amparado por mais três oficiais paraquedistas, o capitão de serviço geral, António Várzea, o tenente Matos Serra, também do serviço geral, e o capitão Marçoso da Silva, do mesmo serviço.

MÁRIO PINTO — Isto quanto aos oficiais paraquedistas, pois há ainda também oficiais da intendência e contabilidade, como o capitão Nunes Pereira e

parece que mais um, também de contabilidade.

J. SALVADO — Já que estamos a falar de oficiais paraquedistas ou quero acrescentar que estão lá também dois oficiais milicianos paraquedistas, concretamente, o aspirante Mamede e o aspirante Pires.

EXPRESSO — Estes oficiais estavam encorajados de dar instrução na Escola?

MÁRIO PINTO — O capitão Marçoso estava a dar instrução na Base Aérea n.º 3 e o capitão Várzea encontrava-se no Depósito Geral de Adidos da Força Aérea, em Lisboa, com funções de secretário.

do pequeno grupo que lidera a Base Escola alertos os sargentos, numa reunião que teve com eles, para os acontecimentos que se estavam a passar e para a estratégia de desagregação em marcha das Forças Armadas. Alertou-os a eles, sargentos, porque óbvios de determinados partidos, que ninguém tem dúvida nenhuma em reconhecer, se infiltraram na classe dos sargentos assentando as suas melhores bases e procurando servir-se do espírito de classe (não se entenda esta expressão de classe em terceira classe dos sargentos. O coman-

dante, ao fazer este alerta, tinha por finalidade cautelosa contra estas manobras de que eles se poderiam não aperceber, fazendo-os ver os perigos que se escondiam atrás de todos os acontecimentos citados. Junta-se a esse pequeno grupo que lidera o movimento de sargentos, outros sargentos que pertenciam também à Coordenadora Central de Sargentos da Força Aérea, que também instrumentalizaram as da classe e, portanto, foi fácil montar uma estratégia psicológica e uma estratégia ideológica, por forma a que houvesse receptividade às suas intenções.

sentido de serem eles unicamente os orientadores ideológicos e políticos nas sessões de esclarecimento dentro da unidade. Mostravam-se intransigentes nesta reivindicação.

EXPRESSO — Quem fazia essas sessões?

A. BRÁS — Essas sessões, desde que há bastante tempo se pretendeu esclarecer os militares da Unidade, eram feitas através de intervenções de determinadas personalidades de reconhecido mérito político e de formação cultural, pessoas julgadas, à primeira vista pelo menos, com total isenção partidária, e mesmo que fossem partidárias, era-lhes de antemão posta a questão de que não deveriam deixar transparecer as suas opiniões pessoais. Portanto as sessões passavam-se a este nível. Também havia intervenções de militares, como o caso do Major Pires Pinto da Força Aérea, o capitão Macedo, Conselheiro da Revolução, na altura, etc.

É de sublinhar, mais uma vez, que essa vanguarda de sargentos exigia intransigentemente que fossem eles os únicos a poder esclarecer politicamente nas sessões de que estamos a falar.

EXPRESSO — Faziam essa reivindicação junto de quem?

A. BRÁS — Do Comandante. Eu próprio lembrei-me o desejo, pois o fizeram na própria sessão do MFA a que eu pertencia, uma vez que tinha sido eleito para tal função. Portanto transmiti ao Comandante aquela intransigência: Que fossem eles os únicos a proceder ao esclarecimento político-militar.

EXPRESSO — Eles, sargentos, os também soldados?

A. BRÁS — Eles, sargentos, e mais duas ou três praças que, na altura, estavam agregadas à secção do MFA.

EXPRESSO — Por ocasião destes factos, os oficiais tomaram alguma posição?

A. BRÁS — Não houve qualquer tomada de posição da parte dos oficiais pois tudo girava à volta das linhas de orientação da secção do MFA.

MÁRIO PINTO — Eu aqui tinha uma reserva a fazer. Os oficiais já estavam, de certo modo, traumatizados com a situação, e não estavam em fácil disposição para trabalharem com certo núcleo de sargentos cujo tipo de actuação eles conheciam.

«Factos conspiratórios»

A. BRAS — Retomando o fio da meada digamos assim, surge, depois, um segundo facto: alertado o Comandante para a intransigência dos sargentos, estes servem-se de pretextos baseados em factos de relevante interesse até para a própria unidade, mas que, de modo algum, poderiam ter aquela gravidade que, segundo eles, veladamente se escondia com intuíto conspiratórios. Estes factos são os seguintes: especularam com as deficientes condições de segurança da Unidade em determinada altura, merço da passagem à disposição de um grande contingente de praças, o que teria enfraquecido a segurança da mesma. O facto foi especulado por esses sargentos, dizendo que havia qualquer coisa de velado para franquear a Unidade a um assalto vindo não se sabe donde e que, propositadamente, não se garantiam condições de segurança ao Quartel.

Paralelamente surge um outro facto que, de novo exploram: é que estariam as viaturas da Unidade a serem utilizadas e testadas de forma a não ser montada um determinado tipo de armas, muitas delas existentes no Quartel há já longo tempo e que haviam sido utilizadas e experimentadas em variadíssimas circunstâncias especialmente em instrução. Esse algo de estranho que se estaria a passar, não tinha nada de estranho. Tratava-se de uma Unidade Militar que tem de testar continuamente a operacionalidade do material.

FERREIRA MORAIS — Nós fazemos tiro no final dos cursos de combate; fazemos tiro de armas pesadas em Santa Margarida; as nossas viaturas que

transportam, por exemplo, os canhões sem recuo, encontram-se em estado paupérrimo. Para que os canhões sem recuo não passassem a ir para Si, Margarida às costas do pessoal, o Comandante mandou estudar um processo de adaptação dessas armas a outro tipo de viaturas que recebemos novas, Land-Rovers. Ora esta coisa tão simples fazia ver aos tais sargentos manobras conspiratórias, que afinal viam em toda a parte. No fim e ao cabo era apenas para pôr em cheque os oficiais.

EXPRESSO — Os sargentos tinham acesso a este tipo de experiências?

A. BRAS — Pois com certeza que tinham. A Unidade é uma. Quer sargentos quer praças participavam neste tipo de operações. Não só deles se não escondia nada, como era impossível tal propósito.

FERREIRA MORAIS — Quem levanta os problemas é precisamente essa cúpula, porque efectivamente não era essa cúpula que estava a trabalhar com os canhões sem recuo nem conhecia as dificuldades do Comandante do Batalhão de Instrução ou do oficial instrutor.

EXPRESSO — Que quer dizer com a expressão cúpula?

FERREIRA MORAIS — Refiro-me à tal cúpula vanguardista.

MÁRIO PINTO — É de notar ainda que os sargentos são dos indivíduos mais activos na instrução. Portanto eles estão conhecedores, enquanto não inseridos, do que ali se passa. Nada se faz sem que eles dêem a sua colaboração. Nem estas viaturas são qualquer coisa de misterioso. Nós nem temos viaturas blindadas.

Continuar na p. 12

7

«Recusamos que as FA's estejam sujeitas ao aventureirismo e golpismo que se verifica na sociedade civil»

A reunião dos SUV's no Entroncamento

A. BRÁS — Mais um outro facto significativo que revela o aproveitar subreptício de factos para provar as tais intenções veladas dos oficiais: na sequência destes acontecimentos decorreu uma manifestação dos SUV'S no Entroncamento, que, aliás, é uma localidade vizinha de Tancos, a cerca de 10 quilómetros. Seria absolutamente lógico admitir uma grande afluência de militares paraquedistas a essa manifestação. Na realidade, porém, viria a transformar-se num fiasco, no que diz respeito à participação de tropas paraquedistas. Se ali

não compareceram não é porque tenham sido pressionadas. Foram-lhes dadas as mais amplas liberdades, como agora se diz, para o fazerem, se assim o entendessem.

EXPRESSO — Não houve mesmo pressão de espécie alguma da parte dos oficiais para que as praças se não deslocassem ao Entroncamento?

MÁRIO PINTO — Há, no entanto, um comunicado originário de uma das praças que esteve na manifestação, dizendo que os paraquedistas ali se não haviam deslocado, porque tinham sido sujeitos a um programa de tra-

balhos, impeditivo de o fazerem. Tratava-se da instrução nocturna cujo programa, aliás, já estava elaborado com uma antecedência grande. Se tivessem comunicado ao RCP que essa manifestação se ia realizar, pois certamente nós não incluiríamos a instrução nocturna para esse dia.

J. SALVADO — Para completar as palavras do capitão Mário Pinto, quero dizer que essa instrução não englobava, de modo nenhum, o efectivo total da Unidade.

EXPRESSO — Qual o efectivo hoje da Escola?

FERREIRA MORAIS — Não tem mais de 1600, entre oficiais, sargentos e praças.

O despoletar dos acontecimentos

A. BRÁS — Vamos, agora, aos dados mais recentes que despoletaram toda a manobra que, há muito, vinha sendo habilmente montada. Recordemos os acontecimentos da destruição dos emissores da Rádio Renascença. Nessa operação foram empenhadas tropas paraquedistas estacionadas em Lisboa: uma Unidade da Força Aérea no Lumiar. Como é óbvio, logo na manhã desses acontecimentos, chegou a notícia a Tancos, que é a Unidade-Mãe, após o que o Comandante convoca imediatamente, por sua iniciativa, dois sargentos, uma praça e um oficial, adstritos à Secção do MFA, para que, conjuntamente com ele, se deslocassem a Lisboa no sentido de colherem informações exactas sobre o sucedido. Vieram assim ao Lumiar onde estacionava essa companhia que tomou parte na operação e ali recolheram as informações. Esses sargentos que se deslocaram com o Comandante e que pertencem à tal vanguarda, dirigiram-se à Unidade com o propósito preme-

ditado de elaborar um inquérito a fim de manipular as praças. Acontece que, nessa manhã, as praças não puseram em questão o cumprimento da ordem de silenciar a Rádio Renascença. Para elas tratava-se de uma ordem legítima. Esses sargentos, porém, haviam sido precedidos nessa Unidade, logo de manhã, por um alferes da Força Aérea, que juntamente com os sargentos da Comissão Coordenadora, se desmultiplicaram numa lavagem ao cérebro dos militares, de forma a fazê-los reflectir em termos condenatórios da acção desencadeada. Em vez de se discutir sobre se se devia ter chegado à destruição da Rádio, passou-se, pura e simplesmente, a inculcar a ilegitimidade: foi uma ordem em detrimento do povo e que nós os militares devemos defender sempre o povo, etc. com todas as motivações que se arranjam para todas as situações semelhantes. Graças, então, uma certa confusão nestes militares do Lumiar.

Regressados a Tancos, os sargentos liderados pela tal cúpula vanguardista imediatamente se reuniram, e importa aqui frisar bem, nas costas dos oficiais e das praças, embora antecedente-

mente houvessem acordado que nenhuma moção ou tomada de posição se empreenderia e viria a público sem o consenso crítico de todos os militares, o que foi pura e simplesmente ignorado. Esses sargentos redigem, então, um comunicado, ignorando a posição do Chefe do Estado Maior da Força Aérea de quem dependem hierarquicamente, marginalizando os oficiais e praças, comunicado onde pura e simplesmente condenam e criticam, extraindo os comentários que muito bem entenderam sobre o caso da Rádio Renascença. Isto gera nos oficiais uma grande apreensão sobre a maneira como os acontecimentos estavam a desenvolver-se. Isto foi sexta-feira à tarde. Na segunda-feira, de manhã, foi comunicado que o Chefe do Estado Maior da Força Aérea se deslocaria a Tancos, a fim de presidir a um Plenário da Unidade. O Comandante transmitiu a vinda do CEMFA a oficiais, sargentos e praças. Ainda na mesma manhã os líderes da classe de sargentos convocaram uma reunião na qual foi decidido que os sargentos não estariam presentes no Plenário presidido pelo CEMFA que devia realizar-se às 14.30 h. Esse Plenário

viria a ser efectuado sem a presença da maioria dos sargentos estando apenas presentes cerca de uma dezena, mas com bastantes praças paraquedistas e muitos soldados-alunos. A mesma hora em que se estava a realizar o Plenário, dois sargentos (o primeiro-sargento Alvaro Lemos e o sargento Maia) mobilizaram rapidamente um agrupamento de praças paraquedistas no Clube dos Praças que manipularam habilmente, vindo a convencê-los de que não deviam estar presentes.

O senhor General fez uma série de considerandos sobre o caso da Rádio Renascença enquadrando-os em visão política relacionada com a ordem que havia sido dada pelo Conselho da Revolução, fazendo ver que se estavam a radicalizar posições entre as tropas paraquedistas e elas próprias se estavam a auto-destruir, pois aié nem compreendiam a maneira como os acontecimentos estavam a desenvolver-se.

FERREIRA MORAIS — Houve, posteriormente, a intervenção de um senhor major paraquedista, que frisou que quando o sr. capitão Barroca Monteiro recebeu uma ordem

dele para em Moçambique expulsar os reaccionários que se encontravam a ocupar o Rádio Clube de Moçambique, o que cumpriu imediatamente, sendo então vitorioso como progressista, agora que cumpre uma ordem do Conselho da Revolução para silenciar a Rádio Renascença que estava a levantar o povo contra o governo é alcunhado por alguns de reaccionário e fascista. Os praças ali presentes aplaudiram o referido major. Eles compreenderam que o capitão Monteiro actuou patrioticamente em Moçambique e que, por outro lado, estava aqui a ser contestado, simplesmente, porque o seu procedimento não agradava a determinada facção política.

A. BRAS — Quero interromper aqui para confirmar as palavras do tenente-coronel Ferreira Morais. Aliás, o Augusto de Carvalho deve-se recordar pois, nessa altura, estava em Moçambique. Nesses tempos conturbados para a descolonização daquela ex-colónia.

AUGUSTO DE CARVALHO — De facto recordo-me perfeitamente e recordo-me também que uma parte das Forças Armadas portuguesas ali presentes



Tenente-coronel Ferreira Morais



Capitão António Brás



Capitão Mário Pinto

mantinham uma atitude bastante ambígua em relação ao chamado Movimento de Libertação de Moçambique que havia ocupado a Rádio contra a FRELIMO. E recordo-me, também, da acção do capitão Barroca Monteiro e também do capitão António Brás, o qual, sem grande alarido, escorregou da Rádio os reaccionários dentro da linha política de uma descolonização correcta.

A. BRÁS — É de notar que, nessa altura, as tropas portuguesas se revelaram ali, em geral, de uma grande incapacidade e foi necessária a companhia do então capitão Barroca Monteiro para resolver o problema. Eu, na altura, estava lá e sou testemunha do que se passou. Bem sabe qual o ambiente emocional reinante, então, em Moçambique e não apenas entre a população civil, mobilizando mulheres e crianças, etc. Só um alto sentido do dever, enquadrado numa linha política justa de descolonização, poderia ter levado a tal intervenção. Um homem que cumpre assim uma missão tão espinhosa, dentro do espírito do 25 de Abril, não pode ser objecto de especulação sobre o seu progressivismo.

Voltando, porém, à sessão presidida pelo CEMFA, quero agora frisar o facto que levou à tomada de posição dos 123 oficiais: quando a sessão estava terminada e o que se iria seguir passava-se no âmbito da Unidade, o Chefe do Estado Maior da Força Aérea foi impetuosamente abordado por um soldado paraquedista que tinha participado na operação, Rádio Renascença, que devidamente manipulado e instruído pela mesma vanguarda de sargentos, entrou no Ginásio onde se fazia a sessão e indisciplinadamente e malcriadamente abordou o CEMFA em termos vexatórios mais ou menos da seguinte forma: «o nosso General é um burguês, já fez a sua opção de classe, portanto não temos nada aqui a fazer». Dirigindo-se às praças: «Camaradas! vamos sair daqui e vamos para o plenário de sargentos e praças». Depois desta situação, terminou o Plenário com os oficiais marginalizados, numa situação altamente vexatória e indigna para um militar. Reunem-se então os oficiais analisam friamente os acontecimentos e com a dignidade que nos cumpre, como responsáveis pelos destinos de umas Forças Armadas, tomámos a decisão de sair da Unidade. Sair da Unidade, não como abandono, mas com o intuito de acastelar os superiores interesses do país. Esta decisão foi imediata para que depois do plenário dos sargentos e das praças se não gerasse um clima demasiado emocional, e tumultuoso e em resultado do qual se pudessem verificar ocasiões de conflito aberto e confrontação, o que poderia fazer surgir uma situação irreparável. Foi, então, com a cabeça erguida e sofrido

mento profundo que nós saímos. Com sofrimento profundo, porque pensámos nos longos anos de privações contínuas que vivemos juntos, oficiais e sargentos, sargentos a quem nos ligam profundos sentimentos de amizade.

Quero vincar que não se trata de uma luta de classes. O que acontece entre sargentos e oficiais, não pode entender-se no contexto de luta de classes em termos políticos.

De que lado estão os oficiais de Tancos?

EXPRESSO — O capitão Brás acabou de dizer que no caso de Tancos se não trata de uma luta de classes. Ora eu gostaria de vos perguntar de que lado estão os oficiais: das massas trabalhadoras ou do capital?

FERREIRA MORAIS — A nossa opção (claro que não se pode falar da opção de oficiais em conjunto, como se o ser oficial condicionasse logo para uma opção determinada, como me parece ridículo falar da opção dos sargentos em bloco como se o ser sargento fosse sinónimo de revolucionário), a nossa opção pelo menos da grande maioria, é pela classe trabalhadora, mas num sentido humanista. Nós, à priori, recusamos a instrumentalização partidária das Forças Armadas. E, nomeadamente, recusamos que as Forças Armadas estejam sujeitas ao aventurismo e ao golpe que se verifica na nossa sociedade civil em termos políticos. É se condenamos as infiltrações partidárias nas Forças Armadas, condenamos-las, com muita mais força, quando estas infiltrações têm como objectivo imediato a desagração das mesmas para a conquista de poder político.

EXPRESSO — Fala-se continuamente aqui na manipulação partidária para a conquista do poder. Neste tempo de liberdade de expressão não se poderá dizer qual ou quais, na vossa opinião,

O engano das praças

EXPRESSO — Queris fazer-lhes agora uma pergunta a respeito da praça que interpelou o Chefe do Estado-Maior em Tancos e que participou no silenciamento da Rádio Renascença: essa praça foi enganada? Não sabia o que ia fazer quando se dirigiu à Rádio Renascença para a operação?

A. BRÁS — Isso até já foi noticiado. Todos os militares que participaram na operação encontravam-se cheios e operando esclarecidos. É desnecessário focar que vem sempre à baila a falta de informação e para tanto fazem-se referências ao 11 de Março que, no entanto, é um acontecimento completamente diferente. Ora o Comandante da Companhia de Chefes e Operação reuniu antes todos os sargentos da mesma e também as praças; explicou-lhes a operação, chegando mesmo a dizer-lhes que podiam ter de optar pela destruição da estação emissora. Avi-

o partido ou os partidos representados pelo caso de Tancos?

FERREIRA MORAIS — Já já vamos claros de uma vez por sempre e tenhamos coragem de enfrentar a situação: perguntem-se ao cidadão anónimo que será, neste momento, a força que pretende a conquista do poder por meios violentos, e a que, para isso, interessa a desagração das Forças Armadas.

J. SALVADO — Quero dizer que o leque das opiniões políticas dos oficiais que saíram de Tancos é muito amplo. Por exemplo, tenho um oficial muito amigo que nos acompanhava simpaticamente da esquerda revolucionária. Acompanhou-nos e haver entendido que se tratava de um jogo de manipulação partidária.

EXPRESSO — Portanto, a sua opinião os oficiais que saíram de Tancos não se podem considerar sem mais opções como legítimas, isto é como defensores de uma sociedade capitalista?

J. SALVADO — De modo nenhuma. Essa cúpula de sargentos pretende fazer crer que os oficiais se solidarizaram muito mais por serem de ideologias conservadoras. Já disse que é muito amplo o leque ideológico desses oficiais. Simplemente, se uma questão de honestidade, de recusas que o Regimento 4 Caçadores Paraquedistas fez ao serviço de uma determinada facção política. Esse é que tem posto.

EXPRESSO — Mas que é terminada facção política é qual?

FERREIRA MORAIS — Fomos fazer uma sessão de reconhecimento aos Comandos das praças paraquedistas que saíram da Unidade e vieram apertar-se no Estado-Maior e eu perguntei surgia precisamente a um tenente e de um sargento, nós oficiais tivemos uma certa relutância em individualizar. No entanto, as praças revelaram que eram manipuladas por esse partido.

EXPRESSO — Mas não se soube, também, que deviam estar preparados para a exploração do facto na opinião pública e que determinadas formações partidárias lhes cairiam em cima e que haveria quem tentasse fazer-lhes, depois do acontecimento, uma lavagem ao cérebro. Ou é exactamente isso o que se verificou? Se todos estavam identificados com a missão, por que razão vem depois especular?

FERREIRA MORAIS — Já já até penso, não posso garantir que o mesmo soldado que vai à televisão é quem aparece em Tancos a interpelar o Chefe do Estado-Maior em termos insultuosos.

A. BRÁS — Posso dizer que contactei esse soldado que a grande apreensão não era o cumprimento da missão em si. Ele estava preocupado, já depois da operação, com a presença de imediações do Quartel de condições de moradores e outras formações políticas, género UDF, FUR's etc. que facilmente se mobilizavam os soldados e a intoxicavam de slogans.

Os dois conceitos de disciplina

EXPRESSO — Mas a vossa saída da Unidade vai ser continuada por uma luta de molde a fazerem que a situação volte ao que era antigamente?

A. BRÁS — Nós não abandonamos a Unidade. E não pretendemos, de forma alguma, que se crie ali um novo caso CICAP/RASP. Recusamo-nos a uma situação dessas. Já não falo em RALIS. A decisão mais acertada para o desfecho da questão não nos compete a nós, mas à entidade máxima que preside à Força Aérea que é o CEMFA.

EXPRESSO — Qual é a vossa situação actual?

MÁRIO PINTO — A de apresentados na Base Aérea n.º 1, embora ali não estejamos na totalidade. Apenas se mantêm ali alguns oficiais para eventuais contactos.

F. MORAIS — Queria aqui fazer um parêntese: conheço a maioria dos argonautas, mesmo dentro dos vanguardistas. São belíssimos profissionais. Lamento que se tenham deixado manipular como a coisa acontece. Da maioria dos 300 que ali há, talvez 200 tenham sido meus alunos. São do melhor que existe profissionalmente nas Forças Armadas portuguesas. São profissionais militares, mas não são profissionais políticos. Entre esses, porém, há profissionais políticos que esverdearam por um caminho que eu reprovo, atendendo até ao clima de anarquia que nos envolve e que pode ter más consequências para o povo português.

EXPRESSO — No fundo desta questão parece-me que estão subjacentes dois conceitos que a movimentam e a antagonizam: a disciplina militar tradicional e hierárquica e a disciplina revolucionária. Alguma-vez tais assuntos foram discutidos entre os oficiais ou abordados publicamente nos vários plenários realizados na Unidade?

A. BRÁS — Nós estamos interessados na disciplina revolucionária e criámos até condições para banir, de uma vez para sempre, o sistema autocrático. Quer dizer, o abuso do poder foi absolutamente afastado. Existe, hoje, a possibilidade de todos os militares, em qualquer escalão, fazerem virar a justiça da sua causa. Portanto, quando o exercício arbitrário da autoridade, facultada toda a possibilidade de recurso para a justificação das atitudes tomadas ou a tomar, dentro do espírito da Declaração Universal dos Direitos do Homem que também chegou a nós pára-quadistas, não há mais lugar para se falar da tal disciplina tradicionalista. Temos a consciência, hoje, de que quer civil, quer militar, somos homens resgatados pelo 25 de Abril. Entendemos, portanto, a disciplina,

em moldes revolucionários.

MÁRIO PINTO — Estou convencido que a disciplina revolucionária é a nossa disciplina. Nós, nos pára-quadistas, sempre demos a possibilidade de todos se exprimirem, podendo fazer as suas reclamações. O que eu acho é que, neste momento, a disciplina devia ser mais humanizada. Encontro-me nos pára-quadistas há 13 anos e sei que já, há muito tempo, nós, pára-quadistas, criámos condições que em nenhum outro Regimento então existiam. Por exemplo: a alimentação era igual para toda a gente. Nós já no Ultramar vivíamos em clima de democracia. Poderá dizer-se que era uma democracia por necessidade? Não necessitávamos uns dos outros, como ainda hoje acontece. Tenho a dizer até que os sargentos foram abrangidos e os grandes obreros das vitórias que tivemos na guerra colonial. Aqui na instrução também eles foram abrangidos no seu esforço, no seu trabalho, enquadrados numa disciplina que, por não estar suficientemente humanizada era mal vista muitas vezes.

A. BRÁS — A este propósito de disciplina democrática, gostaria de perguntar qual o departamento das Forças Armadas, no país, que tenha dado cidadãos tão válidos como os pára-quadistas. Exemplifico: não há instituição militar nenhuma, em termos de Unidade, no nosso país, que tivesse feito a obra cultural que fizeram as tropas pára-quadistas. Os arquivos da Emissão Nacional, por exemplo, podem falar. Desde 1969 que o Regimento de Caçadores Pára-quadistas fez uma obra válida com a criação das Escolas Regimentais. Não eram aulas Regimentais para analfabetos. Ali se leccionava o Curso Preparatório e o Curso Geral dos Liceus e neste momento o Complementar. Para quem precisasse. Tenho gratas recordações de ex-soldados pára-quadistas que hoje, na vida civil, desempenham cargos válidos na sociedade e que conseguiram a sua bagagem cultural e consciência política através do que ali aprenderam. E não são uma dezena, nem duas, nem três. Foram largas centenas de praças e sargentos. Há números que testemunham e eles próprios os sabem.

F. MORAIS — Nós conhecemos toda a gente pelo nome próprio ou pelo apelido. Sempre disse na minha Companhia que as portas do Comandante estavam abertas para toda a gente expor os seus problemas, fossem eles quais fossem.

Unidade militar- -povo

EXPRESSO — Pareceu-me, no entanto, útil não focar apenas o aspecto específico da disciplina dentro da Unidade, mas encarar a relação da Unidade enquanto Forças Armadas com o povo.

A. BRÁS — Tenho a certeza de que as tropas para-quadistas, fora desta conotação parárida de que foram vítimas, estão decididamente apostadas num futuro ao serviço do povo português.

EXPRESSO — Uma pergunta muito concreta. Suponhamos que o Partido Comunista ganhava as eleições por força de uma vontade claramente expressa do povo; importa, depois o sistema que esta maioria desejava ao voto no Partido: qual seria a atitude dos oficiais para-quadistas? Respeitam esta vontade?

J. SALVADO — É necessário que fique bem claro que nós, tropas para-quadistas, estamos ao serviço do povo, e, por conseguinte, estamos ao serviço de todo o governo que esse povo quiser que conduza os destinos do país. Mas de um governo que chegue ao poder por força da vontade popular e não através de golpismos.

F. MORAIS — Se efectivamente esta fosse a linha, esta que vem aqui escrita no jornal...

EXPRESSO — Aqui o tenente-coronel Ferreira Morais mostrou um recorte do jornal que publicamos em fotocópia nesta mesma página e que ele trazia, sublinhado a vermelho, cujo título diz assim: «Os Partidos comunistas franceses e italianos favoráveis ao pluralismo político» — Note-se no recorte do jornal, os sublinhos que são de autoria de Ferreira Morais e que certamente dizem bem da sua opção ideológica.

A. BRÁS — Nós estamos decididamente ao lado do povo português, mas não podemos permitir que ele seja vítima de golpismo ou aventurismo de alguns.

F. MORAIS — Há um caso que queria frisar: podemos estar a incidir demasiado sobre as cúpulas dirigidas dos sargentos ao serviço de um partido. No entanto, eu culpo muito mais os oficiais o seu oportunismo político e vector dirigista no obscurantismo. Refiro-me aos oficiais que se encontram na Base Escola de Para-quadistas.

MÁRIO PINTO — Não quero dizer que os 123 não tenham a sua quota-parte de culpa em todo este processo. A nós faltou-nos, talvez, a coragem e a militância (ou o desarmamento) de fazermos o que os sargentos fizeram. Não tentámos manipular ninguém. Pelo contrário, deixámos que outros manipulassem.

Os partidos comunistas francês e italiano favoráveis ao pluralismo político

Apelo à unidade das forças de esquerda em Portugal. Regime de transição por força de eleições livres e honestas. Não se deve esquecer a importância da unidade política e ideológica. — Para não esquecer dos pontos de maior relevância da declaração conjunta dos Partidos comunistas francês e italiano, publicadas online, neste documento, assinada por Georges Marchais e Enrico Berlinguer, os dois principais partidos comunistas da Europa Ocidental além de agradecerem que a marcha para o socialismo implica uma democratização continua da vida social, económica e política, o que significa que os liberdades devem ser garantidas e desenvolvidas, afirma que a

transformação da sociedade «só pode ser obra de luta de grande amplitude» e exige a existência de instituições democráticas e de livre expressão da vontade popular. Salienta ainda a importância de se estabelecer o equilíbrio entre as forças democráticas e as forças repressivas. Para isso, considera fundamental o desenvolvimento de uma cooperação sólida e duradoura entre comunistas e socialistas.

Um recorte que significa opção política

A posição de Oteio

EXPRESSO — Segundo as notícias que até nós chegaram e que, aliás, publicamos nesta Quarta-feira, o general Oteio Saraiva de Carvalho deu instruções aos sargentos que desarmaram este processo, chegando mesmo a dizer-lhes, segundo nos revelou alguém que esteve presente à reunião, «até que os para-quadistas fazem alguma coisa de jeito». Isto demonstra que o general Oteio se colocou contra os oficiais da Base Escola, depois de ouvir a Comissão que foi ao COPCON contar-lhe os acontecimentos. A partir destes dados, como julgam a atitude do Comandante do COPCON? Ele estará enganado? Ele saberá o que se está a passar? Ou também ele estará a ser manipulado?

A. BRÁS — A resposta é difícil de dar. Falar abstratamente do sr. general Oteio Saraiva de Carvalho poderá até ser uma injúria. Eu tenho a impressão que talvez o senhor general Oteio

não tenha uma visão correcta da panorâmica actual político-militar.

EXPRESSO — Permite-me uma interrupção. O general Oteio recebeu a Comissão dos Sargentos. Também já terá recebido Centenas de oficiais para lhe explicarem a posição tomada por estes?

MÁRIO PINTO — Se aquilo que o EXPRESSO disse na Quarta-feira, de facto se passou, penso que deve ter havido um erro de avaliação da parte do sr. general Oteio, na medida em que ele ouviu apenas uma das partes.

EXPRESSO — Eu insisto porque o general Oteio, por mais de uma vez tem mostrado uma certa humildade revolucionária que aliás aprendeu, mudando de opinião sempre que as circunstâncias se lhe impõem. Veja-se, por exemplo, o que aconteceu com o caso dos Comandos de Amadores. Começou por condenar o coronel Jaime Neves, logo imediatamente a seguir a ter ouvido os militares que queriam correr com este coman-

dante. Isto sem ouvir a outra parte em causa, que era o coronel Jaime Neves. Já depois de o haver condenado, ouviu-o e chegou à conclusão que todo haviam sido manobras de um determinado partido, que tinha sido o PCP. Não admiro o coronel Jaime Neves como fez uma autocrítica pública e se mostrou disposto, como disse a amigos, a jogar os seus galões pelo Comandante do Regimento que reintegrou no seu posto.

É imediatamente reconhecida a precipitação de julgamento do general Oteio, mas também é imediatamente reconhecida a sua capacidade de mudar de opinião quando de posse de todos os dados da questão. Em face disto, e dada a personalidade multifacetada do Comandante do COPCON, não seria conveniente que também os oficiais lhe explicassem a verdade respectiva?

MÁRIO PINTO — Estou convencido de que nós nos devemos aproximar do nosso general Oteio, dado que hierarquicamente não é dele que dependemos. Nós temos os nossos con-

tactos com o nosso Chefe directo, que é o CEMFA.

A. BRÁS — Sem pretender ferir o sr. general Oteio Saraiva de Carvalho, acho que o seu procedimento até foi indelicado, uma vez que sendo companheiro do Conselho da Revolução do sr. general Morais e Silva, tomou esta atitude fria, de apoio a uma formação militar que não comanda.

EXPRESSO — Tancos não pertence ao COPCON?

A. BRÁS — Pertence à Força Aérea. A que título, portanto, o sr. general Oteio promete apoio? A que título garante o financiamento e a continuidade

administrativa até ao fim do ano a ser verdade o que EXPRESSO disse?

Continua em 15

“Optámos pelas classes trabalhadoras e pelo Governo que chegue ao poder por força da vontade popular”

Ambiente intenso

EXPRESSO — A esta pergunta gostaria que respondesse o António Salvação na sua qualidade de soldado-aluno: como é que no meio de toda esta baralhada se sentem os soldados dentro da Unidade com oficiais de um lado, sargentos de outro, Chefes contra Chefes, etc.?

A. SALVAÇÃO — Como não podia deixar de ser, nem todos têm o mesmo partido e a mesma opinião. Mas aqueles que aderem a essa minoria, que é aquela que manipula o Regimento neste momento, estão contentes com a situação. Outros, ou por estarem mal informados, ou por uma questão de indiferença, de se esta, em nas tintas para a política, não ligam. Mas eu pergunto: o que seria de um soldado, neste momento, ou de um aluno, que dentro do Regimento se virasse contra os que estão a mandar lá? Atendendo a que foram educados a respeitar

o superior e vendo um major Pessoa e um tenente Matos Serra (que ali fala quase como um ditador), facilmente se amoldam à situação criada. Isto para não falar do medo que têm de serem excluídos, se saírem da Unidade. Posso dizer-lhe que, seguramente, no meu pelotão, que é formado por cerca de 80 por cento de indivíduos vindos do Norte, a maior parte deles se opõem às ideias desses sargentos, que estão manipulados por esse tal partido. O certo é que não reagem. Eu já os avisei, várias vezes, e eles dizem-me: «mas pá eu quero ser pára-quadista, não quero ser eliminado, o melhor é esarmos com eles e depois de termos a boina, a coisa será diferente.»

EXPRESSO — A você aconteceu-lhe alguma coisa por ter saído da Unidade?

A. SALVAÇÃO — Nada me aconteceu. Mas o tenente Matos Serra frisou que sabia que existiam, dentro da classe das praças,

indivíduos que seriam do meu género e que ele chamou reaccionários e a seguir um Cabo acrescentou que não os conhecia mas que ia tentar saber quem eles eram.

J. SALVADO — Convém dizer que a recruta do soldado-aluno Salvação entrou há quatro semanas para o Regimento. Neste espaço de tempo, não curto, não conheci bem, nem o ambiente militar nem o dos pára-quadistas; daí a falta de reacção deles. Andam acabrunhados.

A. SALVAÇÃO — Posso até dizer que conheço o caso de um indivíduo que aderiu agora, em força, a este movimento e que antes era convidado não só ele como outros, para tomarem café com um tenente-coronel que pertence aos 123. Ele e os outros sentiam-se muito orgulhosos e achavam o tenente-coronel — uma pessoa excepcional. Neste momento já o não apoiam e são contra ele.

MÁRIO PINTO — Para analisar o comportamento dos nossos jovens e o respectivo discernimento basta ver o que se passou no Plenário presidido pelo CEM FA. Este falou, todos batem palmas; falou o major Simões Nunes, e mais palmas; falou o capitão Barroca Monteiro, assobios e palmas; falou o major Simão Nunes, novamente palmas. Até aqui estava tudo com palmas. Veio o soldado e faz a pergunta: «vós vieram para aqui debaixo de formatura?» — «Sim.» «Vós vieram de livre vontade?» — «Não.»

A uma certa juventude é natural que estas coisas aconteçam. **EXPRESSO** — Depois desta intervenção os soldados saíram da sala?

MÁRIO PINTO — Quem saiu foram os oficiais e os civis. Havia ali civis que trabalham no liase e foi uma das alegações dos sargentos para não estarem presentes: a assistência desses civis.

Sessões de esclarecimento dos Comandos

EXPRESSO — Qual o número de sargentos em Tancos, na Base Escola?

MÁRIO PINTO — No Regimento (Base Escola) estão a volta de 300.

EXPRESSO — E permanecerão lá todos?

MÁRIO PINTO — Alguns estavam já em serviço cá em baixo. E um pequeno número já aderiu a nossa posição.

J. SALVADO — Já que se falou aqui do Regimento de Comandos e se compararam as duas situações, devo dizer que nos Comandos houve um golpe brusco e inesperado, enquanto que o que se passou nos paraquedistas foi o resultado de uma longa degradação da situação. A Renascença apenas fez detonar. Mas se não existisse a Renascença, verificar-se-ia o mesmo.

EXPRESSO — Pode afirmar-

E de acentuar, aqui, que o caso do Rádio Renascença foi

apenas o explodir da situação, pois o processo já vinha de longe. — se que a maioria dos sargentos são afectos ao Partido Comunista?

J. SALVADO — De maneira nenhuma.

A. BRÁS — É necessário frisar que não se trata em Tancos de uma luta de classes. Os sargentos são motivados pelo espírito de corpo. Admito até que se, neste momento, fosse sargento, me teria identificado com o espírito daquela classe militar ou seja daquele escalão.

EXPRESSO — Encontrando-me eu acidentalmente, ontem, com um sargento, ele disse-me que o que esteve em causa, em Tancos, não foi a luta de sargentos, mas que os sargentos foram levados pelos soldados a tomar esta posição, tendo-se organizado juntamente com os praças em Comissões de Luta.

A. SALVAÇÃO — Os soldados, já depois da hora da recruta na sexta-feira, e depois de haverem falado com os sargentos, apareceram a dizer que tinham sido enganados. Logo nesse momento um sargento disse que não, que não tinham sido enganados, que tinha sido uma ordem, que o capitão que comandara a operação havia esclare-

cido cabalmente os seus soldados, que todos estavam informados e de acordo. A seguir, porém, tentam juntar todas as recrutas para os apoiarem e, nesse mesmo momento, o Comandante de Companhia esclareceu todo o assunto, dizendo até que se algum deles não estivesse de acordo com aquilo que havia afirmado, lho dissesse.

Essa minoria sabe perfeitamente como é que as coisas se passaram, mas tenta deliberadamente enganar.

F. MORAIS — Já agora queria focar aqui também um ponto a respeito da Rádio Renascença, já que se fala inclusivamente em prejuízos causados. Quería lançar aqui uma pergunta: qual será a situação mais gravosa para o povo português: a destruição naquilo que importa de danos materiais e consequente sacrifícios para o povo, resultante do caso da Rádio Renascença ou a vergonha internacional e o sacrifício monetário que é exigido ao povo relacionado com a destruição, assalto e actos selváticos praticados contra a Embaixada de Espanha? Que os nossos camaradas militares pensem bem nisto.

Porque actuaram os pára-queidistas

EXPRESSO — Mais uma pergunta em relação com a Rádio Renascença: os pára-queidistas que a silenciaram fizeram-no por que não estavam de acordo com o tipo de programas emitidos por aquela Estação radiofónica, ou fizeram-no, em primeiro lugar, para cumprirem uma ordem que lhes vinha de instâncias hierarquicamente superiores?

A. BRAS — A opinião pessoal dos pára-queidistas não entrou aqui em linha de conta. Simplesmente recordei um facto: Na governação do general Vasco Gonçalves todos nós sabemos que o cavalo de tróia surgiu com o caso da Rádio Renascença e sabemos o desprestígio que acarretou para o general Vasco Gonçalves e não cumprimento das ordens por ele recebidas das Forças Armadas em relação à devolução da Rádio Renascença ao Patriarcado. Sabemos como se comportaram determinados efectivos militares à ordem do general Vasco Gonçalves. Sabemos que, em consequência disso, o general Vasco Gonçalves chegou a estar demissionário durante 3 dias, pelo facto de as Forças Armadas não terem garantido a sua palavra dada. E ninguém se recorda hoje destes pormenores... Repito: o general Vasco Gonçalves esteve por causa disso demissionário durante três dias. Ordena efectivamente a ocupação e a entrega da Renascença, mas não foi capaz de se fazer obedecer.

EXPRESSO — Em conclusão pode afirmar-se que os pára-queidistas actuaram em cumprimento de uma ordem superior?

A. BRAS — Mas de uma ordem devidamente legitimada, sem margens para especulações se teria ou não teria sido dada.

EXPRESSO — Gostava de lhes fazer, chegado a este ponto, uma pergunta relacionada com a 5.ª Divisão. Ela foi, como é sabido, oficialmente extinta, mas há quem diga que continua a actuar já não como organismo de direito constituído, mas enquanto organização de facto e até já li que também teria actuado em Tancos. Há indícios disso?

F. MORRIS — Podemos considerar a 5.ª Divisão como a base ou pedra fundamental da desintegração das Forças Armadas. Recordo aqui que, na altura em que essa 5.ª Divisão comentava em termos políticos o ideal de socialismo para Portugal não tinha dúvidas em dizer que era o socialismo dos países de Leste com a União Soviética à cabeça. Foi aliás o **EXPRESSO** que deu à luz a linha ideológica que veiculava o pensamento político da 5.ª Divisão. Não tenho dúvidas que a 5.ª Divisão se identificava com a linha PCP.

EXPRESSO — Se identifica...

F. MORRIS — Está bem, se identifica... claro que agora não existe à luz. Mas continua

a actuar, e também não tenho dúvidas nenhuma que a 5.ª Divisão, neste momento, é um factor subversivo para a corronção das Forças Armadas.

EXPRESSO — Qual é a vossa opinião sobre o futuro das Forças Armadas em Portugal: regresso aos quartéis ou continuação no processo político como até agora?

F. MORRIS — Antes de responder à sua pergunta queria voltar à 5.ª Divisão. Não sei se ela está ou não metida nisso. Estranho, no entanto, que sendo ainda o comandante da Unidade, na passada sexta-feira, o coronel Calheiros, encontre reunidos num restaurante de Lisboa, o major Costa Martins e o major Pessoa, pára-queidista, juntamente com o capitão Barbosa Pereira que pertenceu à Coordenadora da Força Aérea.

Penso que, nesta altura, se desencadeia um processo nas costas dos oficiais, por de antemão preparar a posse do major Pessoa no comando das tropas pára-queidistas. O major Pessoa devia ter o bom senso de consultar pelo menos os seus camaradas mais íntimos. Em relação com esse encontro e com o possível comando do major Pessoa, foi-me dito pelo coronel Calheiros que consultado este major, na sexta-feira da passada semana, para uma eventualidade de assumir o comando da Unidade ele alegou doença declarando que não se sentia em condições físicas para o fazer. E que nesse momento estava doente. Se ele estava doente, como disse na altura, porque razão é que às 8 horas se encontra num restaurante, em Lisboa, com o major Costa Martins e o capitão Barbosa Pereira? Deixo isto no ar porque me faz uma certa confusão. Isto para além das notícias que já foram divulgadas de um encontro da Comissão de Sargentos com o major Pessoa, logo que ele chegou de Londres.

A. BRAS — Costaria de aqui fazer uma afirmação e façoa com plena consciência e solenemente: quando o país estiver em perigo extremo ou quando as forças da extrema-direita desencadearem um ataque, se o vierem a desencadear, nós, oficiais pára-queidistas, seremos indubitavelmente daqueles que não voltarão a cara à luta e seremos os primeiros que avançaremos, de armas na mão, contra quem quiser destruir o nosso país. E eu gostaria de saber se aquela febre de revolucionarismo **tout court**, como costumava dizer-se, se revelará nessa altura em-



Afonso Milciano José Salgado

que é preciso pegar nas armas. Sabemos que podemos contar com os autênticos democratas e militares que prezam a sua honra e que prezam o seu país. Somos nós quem defenderá intransigentemente um país democrático, na defesa das liberdades democráticas, conquistadas em 25 de Abril.

EXPRESSO — Gostaria agora que me respondessem à pergunta que fiz anteriormente sobre o futuro das Forças Armadas.

A. BRÁS — Se bem que já esteja degenerado o conceito público sobre o MFA democrático, eu entendo que o MFA traduzido ao nível do Conselho de Revolução ou extractos do MFA facilitem a condução do processo para que ele se torne realmente irreversível, deve continuar a actuar como garante e árbitro da democracia, conquistada e a prosseguir em evolução. Pensando, depois, em termos de Forças Armadas - Quartéis - Unidades, parece-me que a esta via que estamos a seguir não é a mais aconselhada.

F. MORAIS — O processo revolucionário sofreu várias convulsões. Neste momento há uma dispersão grande das forças militares, os Chefes divergem muito quanto às suas opções políticas e, por isso, entendo que o processo só poderá ser liderado se houver uma plataforma comum de entendimento, baseado no princípio do actual Conselho da Revolução.

MÁRIO PINTO — Vejo tudo



Soldado-aluno António Salvação

isto também com muita apreensão, pois me parece que foram ultrapassadas tarefas que as forças Armadas competia fazer. É preciso que os chefes se definam de uma vez para sempre nas atitudes e que as tomem.

J. SALVADO — Eu penso que todos os problemas que têm surgido nas Forças Armadas, ao nível das Unidades, não são problemas dos militares em si mesmos. Eles resultam essencialmente das cúpulas militares. Estou plenamente convencido que enquanto os nossos chefes não se definirem, de uma vez para sempre, não cozinharão entre si essa plataforma comum de entendimento, não há a mínima possibilidade da existência de disciplina militar revolucionária ao nível das unidades militares. A divisão dentro das unidades encontra a sua motivação na divisão entre os chefes. Que digam claramente ao povo aquilo que pretendem fazer, para ver se o povo está de acordo com eles. Esse caminho, a definir, só pode ser iminente popular e a partir daí depois de definido e aceite acabam os problemas da disciplina militar.

A. SALVAÇÃO — Para mim desde que os militares se metam na política, deixam de ser militares e acontecem coisas como aconteceram lá na Base-Escola. Um militar deve acompanhar a Revolução ao lado dos políticos-civis e intervir na altura em que eles lhe pedirem ajuda.

Uma via proposta para a reunificação do MFA

PUBLICARAM TODOS os órgãos de informação um extenso documento, elaborado pelo Gabinete de Dinamização do Exército, segundo o qual se pretende propor uma via de reunificação das várias linhas do MFA, fazendo-se considerações acerca da conjuntura política, económica e social.

Atendendo à importância do documento (designadamente pela implicações políticas que tem subjacentes), e a que ele não foi transcrito na íntegra pelos demais órgãos de informação, o EXPRESSO decidiu publicá-lo com o relevo que merece. E que ultrapassa o resumo que dele difundiu a A.N.O.P.

Já divulgámos um dos anexos — «autocrítica do M.F.A.» — no último EXPRESSO-EXTRA, e transcrevemos hoje a primeira parte do Documento, respeitante à análise do actual momento político.

1 Introdução

A CRISE político-militar, que se avizora há bastante tempo, exige uma contínua capacidade política de análise, com o objectivo de se criarem condições que contribuam para a sua superação.

Este breve trabalho de análise procura caracterizar algumas ideias novas sobre a caracterização da crise político-militar. Mas mais importante do que esta caracterização é a consciência da

necessidade urgente de se encontrar uma via de unidade das forças políticas, sociais e militares que desejem levar adiante esta fase difícil de transição para uma sociedade socialista, uma sociedade organizada em função dos interesses das classes trabalhadoras, que deverão criar formas de controlo (na empresa, no bairro, na produção, no consumo) das suas condições de existência.

Esta unidade construída à volta do objectivo definido anteriormente exige encontro das forças políticas, socialistas e do MFA. As

forças sociais estão conscientes de que se joga o seu futuro neste momento e estão mobilizadas para qualquer projecto que crie condições para unificar o bloco histórico que fará a revolução socialista em Portugal.

Estamos em crer que o reapcontro do MFA é prioritário. É especialmente para ele, que apresentamos este trabalho, que procura ser um mês que possibilite a discussão entre os militares que participaram no 25 de Abril e no processo que se lhe seguiu até

hoje. Este redefine do MFA, como das forças políticas empenhadas na construção do socialismo, não pode ser feito em termos tácticos, isto é, em termos que possam ser ultrapassados, no momento imediatamente a seguir. Tem de se definir um projecto concreto e uma estratégia que possa empenhar o bloco socialista a avançar, ainda que venham a surgir eventualmente alguns problemas conjunturais.

Usamos o MFA à volta dum projecto socialista e teremos a unificação do bloco histórico que fará a revolução socialista em Portugal.

2 Ponto de situação político-militar

Tem-se verificado nos últimos tempos uma relativa movimentação de vários sectores militares que, embora sem coordenação, transpiram um denominador comum — a intenção de encontrar medidas rápidas para a saída da crise grave que se vive ou a preparação de condições para que tal se verifique.

Esta crise político-militar caracteriza-se fundamentalmente por: 2.1 — Grande agitação social, acompanhada de largos movimentos de massas militares por todo o país. Assiste-se a constantes movimentações de direita e de esquerda. Esta demonstra ultimamente maior capacidade de mobilização e militância. Entrou-se numa fase de cooperação de civis com militares. São casos mais flagrantes as manifestações unitárias da FUR e dos SUV.

2.2 — Profunda alteração do estado de espírito e ambiente nas unidades militares, mal entendida por grande parte do QP que não tem preparação política para um correcto enquadramento das massas que "comanda" reagindo por conseguinte ao contrário do que deveria.

A falta de preparação política do QP revela-se agora como factor

decisivo na reestruturação do Exército e sua correcta inserção no processo revolucionário. No Noroeste, onde menos se esperava a contestação nos meios militares, atingiu dimensão crítica.

Sublinha-se que este fenómeno é a garantia mais segura da irreversibilidade deste processo revolucionário devendo no entanto, ser acompanhado pelas potencialidades de esquerda do QP numa plataforma mínima de entendimento capaz de enquadrar o levantamento das bases militares.

2.3 — A situação económica do país, em vésperas de esgotamento de divisas, atingirá a breve trecho aspectos extremamente críticos já impossíveis de evitar e dificilmente ultrapassáveis a curto prazo: Os fracassos na descolonização em Angola e Timor, tiveram reflexos extremamente negativos nos meios políticos e militares — recusa de embarque, retomados, etc.

2.4 — Os retornados de Angola, em fase de chegada e de organização, sem grandes possibilidades de emprego e até de inserção social, fortemente traumatizados, virão agravar o, já de si precário, equilíbrio político do país.

2.5 — Forte oposição ao VI Governo Provisório. É clara a intenção e actuação de toda a esquerda no sentido de entrar a acção do VI Governo Provisório, cede um

partido como o PPD, em crescimento de agressividade contra-revolucionária, com palavras de ordem "Abalo o MFA" e "Fora com os comunistas do país", constitui uma contradição insuperável. Assim, assiste-se ao recrudescer de processos reivindicativos e de greves (CNN, ADFA, Metalérgicos, etc.), no campo civil (RPM, CIGAP, RASP, etc.), no campo militar.

2.6 — Enfraquecimento do MFA na cena político-militar do país. Os "saxamentos de figuras de primeiro plano bem como a queda de outras, os erros e contradições, a divisão do Movimento permite concluir-se pelo desaparecimento do MFA.

Este facto permitiu a activação das forças cuja força, ainda considerável, engajou o PPD que se desmanchou irremediavelmente, e comprometeu o PS. No entanto, o desaparecimento do MFA permitiu também a União das Esquerdas que, pela primeira vez, apareceram em plataforma unitária (FUR) com superior capacidade de mobilização (100 mil em Lisboa, etc.) assim como permitiu o seu substituto militar — os SUV — também com enorme capacidade de mobilização (PORTO, LISBOA, COIMBRA, etc.).

2.7 — Todos estes sintomas da actual crise generalizada que afecta mais ou menos todas as

instituições políticas e militares, e que costuma ser designada por "crise de autoridade", só poderão ser entendidos e correctamente avaliados se analisarmos em termos de classe com a preocupação constante de os situarmos numa perspectiva histórica.

2.8 — Assim, a crise de que tanto se fala, é natural e perfeitamente compreensível: a classe dominante corre o risco de perder o domínio total da sociedade e luta portanto a todo o custo para tal não aconteça: As classes dominadas sentem o seu inimigo em dificuldade e não desistem de o atacar.

2.9 — Colocado o problema nestes termos, e sendo declarado que o objectivo da Revolução é o Socialismo isto é, a conquista do poder à burguesia, (na sua várias facções) pelos trabalhadores, torna-se mais claro, de que lado devem estar todos os que se consideram empenhados na Revolução.

2.10 — A perspectiva de solução da crise, que este documento visava, só poderá ser entendida portanto com carácter de transitoriedade, mais ou menos longa, enquanto os trabalhadores e os seus aliados não estiverem suficientemente unidos e organizados, de modo a dispensarem tutelas externas à sua classe e assumirem o poder em toda a sua plenitude, altura em que se poderá dizer que a Revolução Socialista triunfou.

1 Plataforma de unidade

Pode dizer-se portanto que a crise política está, de novo, a empurrar-nos para a necessidade de uma nova clarificação.

Alguns teóricos julgam que está chegada a ocasião de se clarificarem posições e de se visualizarem novas linhas de acção, pela projecção, na esca política-militar nacional, de um outro documento de conteúdo doutrinar, mais ou menos conservador, mais ou menos populista, para que a história se repita até à exaustão das novas capacidades de puro livre e independente. Estamos, obviamente, em total desacordo com isto, pois entendemos que chegou o momento decisivo das grandes opções de classe, sem ambigüidades, sem subterfúgios. E chegou também a hora dos homens do MFA reconhecerem os erros cometidos, de corrigirem táticas incorrectas e de estreitarem os laços que possam conduzir à única perdida e à restauração da força revolucionária que o MFA já foi, única capaz de impulsionar o processo para diante.

O que está a acontecer no país é muito o reflexo do divórcio dentro das Forças Armadas, mais concretamente, dentro do Exército e dos órgãos do MFA.

Se os militares, primeiros responsáveis pela Revolução, não souberem fazer um esforço no sentido de se encontrarem em torno de uma plataforma política conciliatória, numa derradeira tentativa de unidade, à custa de toda a sua capacidade e competência profissionais, novas demências se adiversarão, ajudadas por uma senoa e consciente reflexão sobre a gravidade do seu esforço a 25 de Abril, e se continuarem a empregar-se organizações suas políticas de ideologia que nos vai conduzindo, a todos nós que somos o país, para um precipício do qual já não haverá retorno para a revolução — se disto os militares não tiverem alguma dúvida pelo poder — então sim defendemos que se arme o povo, de Norte a Sul de Portugal, para que esse povo destrua as suas próprias Forças Armadas, que o tirarem ao aldicarem da sua defesa e da defesa do processo revolucionário.

Será preciso fazer desaparecer um Exército que não se encontra, antes se engalfinha em conflitos internos, precipitando o país numa agitação de consequências trágicas e inevitáveis.

Será preciso acelerar então a auto-destruição do MFA o qual, depois de depolitar o país para uma revolução socialista, se demitia da missão fundamental, que seria a de impulsionar e coordenar as tarefas que conduziriam à consolidação da aliança Povo-MFA.

Tal visão distanca, embora transcendendo os quadros meros das pessoas lúcidas e equilibradas, reside a toda a análise que se faça à acção das várias correntes políticas e dos grupos ideológicos que enfiaram, pelo divórcio das Forças militares, por, se bem que tal intento não surja como objectivo explicitado, mantêm-se subjacente a toda a actividade elitista e secretária daqueles agrupamentos e indivíduos isolados. Contra isso terão os militares que se erguer enquanto é tempo. O problema para eles, já não se põe à escala nacional, pois reduz-se às dimensões do Exército.

Os oficiais do QP que pretendem? Alimentar ódios, suspiros e divisões no seu seio e, mesmo assim continuar a querer assumir uma quota parte importante na responsabilidade da condução do processo? Estarão convencidos de que, acantonados em dois campos ideológicos (1) basta, que se antagonizam absolutamente, poderão assegurar a este ou a qualquer outro Governo, o apoio militar indispensável a uma estabilidade social mínima, necessária ao exercício do poder? É evidente que o V Governo caiu por falta de tal apoio, não forçosamente pela carência de uma base social de apoio suficientemente ampla; e o VI Governo, admitindo-se mesmo

o apoio duma vasta camada social, não tem reunido condições para governar, porque a condição põe-se uma vez mais, em termos de adequação de não adeção das forças militares. Sendo assim, perguntam-se às individualidades militares que polarizam em si os dois grupos antagonistas, se ainda alimentam honestamente a convicção de que, mantendo-se intrinsecamente nas suas posições e arremetendo, em consequência, duas largas faixas do Exército e das Forças Armadas estarão a servir os objectivos da Revolução e a permitir a livre desenrolar do processo português.

Acreditamos que não, pois de contrário teremos de admitir que, ou uma profunda cegueira os impede de ver o que vai por este país fora, e realmente estamos à beira do abismo, ou um febre sacanagem os correu a ponto de preferirem lançar o país na desorden generalizada, a um conflito de sangue, apenas para fazerem prevalecer até ao fim os seus contro-versos pontos de vista.

É porque acreditamos que estamos a chegar a um momento crucial da história da revolução, pensamos que urge decidir sobre qual a saída para a crise.

Por mais controversa que pareça a afirmação, fazemo-la: é o Exército que se encontra esta salda, isto é, a resolução dos problemas da paralização das estruturas sociais, económicas e militares e sobretudo da cristalização de toda a capacidade de decisão e execução dos órgãos dirigentes e executivos. Uma-se o Exército e adquire-se a consciência de que é efectivamente o baluarte da re-

volução e os agrupamentos políticos serão "medidos na ordem" e entendam-se por isto eliminar-se entre eles o espírito que os move, preferencialmente, para a execução de cisões, com abandono da prática das bases; restabelece-se a disciplina militar em torno a novos conceitos de autoridade e obediência; caminhar-se-á para um ambiente social de confiança e ficará facilitada a construção duma ampla frente política unitária; implantar-se-á, de facto, um poder político forte e um regime estável sempre a caminho do socialismo que rasgará novos horizontes para a economia nacional.

De acordo que esta reunião implica a aceitação de um conjunto de princípios que solidarize os militares em torno de uma plataforma rígida mobilizadora de uma acção estratégica comum.

De acordo também que a desunção do Q.P. acabará inevitavelmente por vir quartil contra quartil e mergulhar o povo numa guerra civil. Julgamos que estamos todos de acordo nisso, mesmo os mais extremistas e radicais.

Acreditamos que o conflito generalizado não impedirá a verdadeiramente a quem ama este país e a quem tudo deu para o libertar das garras do fascismo, ficamos a certeza de que não será impossível o encontro na plataforma de conciliação.

Parantando ambas as partes terão de sacrificar alguma coisa, fazer concessões, usar em doses elevadas toda a sua consabida humildade revolucionária.

Mas sacrificar o quê? Eis a questão crucial.

2 Linhas de acção

O MFA, ainda não desempenhou na totalidade, o papel histórico que lhe cabe nesta revolução. Assim, só o MFA, pode garantir o braço armado da Revolução. Só o MFA, pode garantir a base de apoio popular mínima para se ir para diante, só o MFA, pode garantir a execução do PLANO DA ALIANÇA (documento-guia) nas perspectivas correctas e seguras de construção do socialismo em Portugal. É o MFA, possui legitimamente a identidade revolucionária para estas tarefas que são da sua responsabilidade e completam o seu papel histórico no processo revolucionário português.

A encapereção deste papel pelo M.F.A. passa, antes se dá pela unidade das duas linhas políticas numa plataforma mínima de entendimento.

Ná dois meses atrás era impossível esta solução. Hoje, parece começar a haver condições para tal igualmente parece ter chegado o momento histórico para arrancar com um esquema desta natureza. Se se esperar que as condições amadureçam pode-se ser, uma vez mais ultrapassado.

A unidade das duas linhas não pode ser feita pelo diálogo e convergência dos seus programas mas sim em torno do projecto de Aliança POVO-MFA, correctamente interpretado e execu-

do, e dos pontos focados no n.º 2. A unidade, neste momento não só é necessária, como tende a tornar-se um imperativo em face dos perigos que ameaçam a Revolução. Cada vez mais se afigura a única saída possível. A destruição política e o fúcio de uma das "linhas", não só é o fim dessa "linha" como do possível. A destruição política e o processo revolucionário não permite estas intencionalidades como se que se desmanha. A unidade revolucionária não entende pois a unidade dos programas parciais, mas sim o programa comum que melhor caracteriza o MFA — o documento — Guia — assim como não entende intencionalidades de união de todos mas sim daqueles que em consciência, acatam estas condições.

Continua na pág. 2.

A reunificação do MFA em debate

Continuação da página 17

4.1 — No campo militar

Como braço armado da Revolução, o MFA tem de garantir a existência de umas Forças Armadas Revolucionárias. Estas entendem obviamente a hierarquia, a autoridade e a disciplina.

A hierarquia não mais pode existir sem competência. A autoridade não mais se aceita sem legitimidade revolucionária e a disciplina não mais pode ser imposta. No entanto, se pretendemos um Exército tecnicamente preparado e enquadrado, onde os conceitos atrás referidos tivessem já pleno cabimento, não seria certamente para defender esta revolução, mas outra, da qual provavelmente não participaria esta geração.

Mas isso não obsta a que desde já se comecem a trabalhar nesse sentido. E se as medidas no campo prático forem correctas, se deixarmos o campo das intenções e avançarmos decididamente na reestruturação das Forças Armadas, obteremos o crédito que, neste momento, escuzamos longe de possuir. É evidente que o Exército de tal burguesia não pode acompanhar um processo revolucionário, sem sofrer profundas alterações. Ora o que se tem feito, ou permitido, são "sacramentos" à esquerda, a todos os níveis, promoções sobre critérios antigos, comandos de unidade politicamente impreparados, ADUs' incoerentemente formadas e sem função, ou com funcionamento anti-democrático, paralização das estruturas democráticas e demora na reestruturação da 5.ª Divisão.

Em conclusão, há todo um conjunto de razões para justificar o comportamento global ligeiramente à esquerda tem tomado relativamente ao Exército.

Astém, ou se avança muito rapidamente no campo da reestruturação através de medidas de fundo imediatas ou se permite que o quadro permanente continue uma via de suicídio colectivo e, o que é mais grave, se pora em risco a própria Revolução pela inexistência de um Exército capaz de a garantir. Efecto esse, que necessariamente terá de se transformar num Exército

popular, entendido este como uma força ao serviço do povo (Anexo III).

No campo militar ter-se-á pois de dar início a uma ampla ofensiva de reestruturação que basicamente assentará nos seguintes pontos:

4.1.1. — Recuperação do MFA pela unidade das duas "linhas" como atrás descrito. Esta exige uma reformulação total dos órgãos do MFA desde o C.R. até às ADUs'. Também a 5.ª Divisão e os Gabinetes de Dinamização, serão envolvidos nesta reformulação. (Anexo D).

4.1.2. — Reestruturação do Exército pela adopção e prática de medidas dentro dos princípios de hierarquia da competência e autoridade e disciplina revolucionária. (Anexo III).

4.1.3. — Adopção de medidas pontuais de prática imediata das quais se apontam as seguintes: congelamento de promoções, colocação de elementos progressistas, sacramento à direita, regresso às fileiras de elementos em funções civis, revisão dos comandos de algumas unidades, cursos de formação sócio-política (recuperação pública do GPS, autocrítica pública do MFA. (Anexo C).

4.2 — No plano político

O Conselho da Revolução apresentou ao país o "Plano de Acção Política, o qual merece a aprovação da AMFA da maioria das Forças Armadas e dos partidos progressistas.

Neste plano, cuja revisão julgamos indispensável, realçamos os seguintes pontos fundamentais: 1. — "O MFA é o Movimento de Libertação do Povo Português, suprapartidário, define como seu objectivo essencial o da Independência Nacional."

1.1. — É indispensável que o MFA se mantenha livre de influência dos partidos, mas que a partir deles não se transforme em mal endémico que lhe cerceie a capacidade de discernir sobre a importância dos Partidos progressistas, no seu papel de duplo vector — social e político — na condução da sociedade portuguesa a caminho do socialismo.

2. — "O MFA reconhece que a Independência Nacional passa por um processo de descolonização interna, a qual só se conseguirá através da construção de uma sociedade socialista... Isto é... uma sociedade sem classes obtida pela colectivização dos meios de produção, eliminando todas as formas de exploração, do homem pelo homem."

2.1. — O projecto político da Revolução define claramente o caminho para o socialismo, embora o condicione à várias etapas que serão determinadas pela evolução sócio-económica e política do Povo Português.

Tal condicionalismo tem sido a porta aberta a toda a espécie de ambiguidades e advertências moderadoras, enselando-se a dinâmica da Revolução em habilitadas construções políticas de natureza conjuntural.

Facilitando um semi adorno de desvios à linha socialista, o próprio programa concede cobertura às soluções social-democratas que têm encontrado e amortecido a luta revolucionária, apresentando-se a social-democracia, não como etapa para o socialismo (o que, já por si, seria frustrante para a vontade popular e careceria de demonstração) mas como regime sócio-político e económico a implantar-se entre nós, o que terá que ser rejeitado, pois tal solução, apresentada como programa político nacional e um claro e grave desvio aos princípios ideológicos definidos pelo MFA e consagrados nos seus documentos fundamentais.

Mas o Conselho da Revolução, ao elaborar o PAF numa perspectiva de conciliação com todo o povo português, não é, com todas as classes sociais, triss objectivamente condições para facilitar o avanço da revolução. Tais dificuldades nascem de concessões e ideias e princípios que enquadram ideologicamente determinados movimentos políticos de direita ou pós-conservadores, os quais contrariam sistematicamente a consolidação das conquistas revolucionárias do povo português, as suas formas organizativas, a tomada de medidas coerentes com os princípios socialistas da Revolução, e defendem a dissolução do próprio MFA e do poder polí-

tico-militar consubstanciado pelo Conselho da Revolução — e tudo isto com o aval do próprio MFA.

Não oferece dúvidas a ninguém que ao consagrar-se o "pluralismo partidário" na base do reconhecimento da existência de vários partidos políticos e correntes de opinião, "mesmo que não defendam necessariamente opções socialistas" abriu-se o terreno à actuação descarada de forças hostis ao processo revolucionário, que tudo têm feito para aniquilar os elementos progressistas do MFA e, com isto, dividir à vanguarda revolucionária das Forças Armadas e desvanecer o seu papel na conjuntura política do país. Tal estratégia corresponde a esta ideia: no princípio duma Revolução, em que as velhas estruturas se encontram em vazio de séria contestação com vista à sua gradual substituição por outras, onde se define e demarquem claramente a participação das massas trabalhadoras na condução do processo, estas massas trabalhadoras, encontrando-se carecidas de uma forte capacidade organizativa, de apoio à sua luta, se forem isoladas da estrutura democrática do MFA, e estarão condenadas ao mais completo malogro, pois serão magistralmente incapazes de fazerem face, por si só, às inúmeras dificuldades que lhes irão sendo opostas, por medidas legislativas e políticas regressivas, sem contar com o crescimento da reacção do grande capital, que tudo fará para boicotar economicamente todas as iniciativas das massas proletárias industriais e camponesas e dos pequenos comerciantes e proprietários.

É evidente, portanto, que nesta fase de lançamento da Revolução consignada no "Pacto com os Partidos Políticos" como um período de transição, de 3 a 5 anos, um MFA forte, unido e coerente, poderá concorrer para assegurar um poder político estável e a desejada firmeza de posições ao lado do movimento das massas trabalhadoras, na sua luta histórica contra a exploração do capital, contra os grandes empresários e latifundiários, na construção de uma sociedade socialista. Mas também a realidade nos diz que o MFA, por si só, é insuficiente para sustentar a forte oposição dos blocos de direita e do capitalismo internacional, sendo absolutamente necessário acantar a organização e movimento das bases trabalhadoras e militares, como amortecedores dos choques e das crises das forças reaccionistas, até que o poder político e a autêntica vanguarda do processo, se definam e se estabeleçam.

É evidente também, não ser possível sem um clima de mínima estabilidade sócio-política, caminharmos para o socialismo, e que esse clima não poderá ser instaurado por um Governo seriamente abalado no seu prestígio revolucionário pela presença dentro dele da representação de um Partido como

o PPD, claramente "não-revolucionário" que combate abertamente a estrutura do MFA, que se opõe à estruturação dos órgãos do poder popular numa hostilização flagrante a toda a tentativa de organização das massas operárias e camponesas e se coloca numa linha político-ideológica que entrava decididamente a construção de uma sociedade socialista.

Antes que estale a subversão das chamadas Unidades de pontos e se acenda um conflito generalizado, a situação exige da nossa parte, uma tomada urgente de posição em três pontos fundamentais:

1.º — A Revitalização do MFA, na base da Unidade entre as duas linhas que hoje o dividem e enfraquecem e a necessária mobilização posterior do Eufreite em torno de uma plataforma que garanta, em termos de honestidade, lucidez e isenção partidária, o avanço da revolução rumo ao socialismo, tendo como objectivos a ponderar, a apropriação colectiva dos meios de produção e a transferência gradual dos órgãos do poder para uma estrutura que se erga sobre as organizações populares unitárias de base; simultaneamente, com isto estabeleceremos formas de coordenação do poder de intervenção política das organizações militares de base.

2.º — A reestruturação do Governo dentro de uma perspectiva de esquerda, empenhado vivamente na defesa dos interesses das massas trabalhadoras. Governo esse que teria uma constituição não necessariamente na base de uma coligação partidária, mas na base de uma participação independente de indivíduos, cuja opção socialista não oferecesse dúvidas à sua escolha. Nestes termos, o CDS e o PPD teriam que receber definitivamente o estatuto de partidos da oposição. Receberiam tratamento idêntico os partidos da chamada extrema-esquerda, depois de cuidada e criteriosa análise à suas linhas programáticas.

3.º — A revisão do PAP expurgando-se dele todas as ambiguidades, em tudo quanto altamente contraditórias, inconsistentes ao processo revolucionário com os conceitos fundamentais, consignados no documento-guia da ALIANÇA POVO-MFA. Desse novo PAP sairia uma Plataforma Política de compromisso com os partidos que se situassem na faixa política libertada das correntes citadas no ponto 2.

4.3 — No plano económico

É no plano económico que se torna mais controverso o conceito de Independência Nacional.

Ambas as linhas defendem acaloradamente a necessidade de uma reconstrução nacional, livre de toda e qualquer pressão imperialista. É evidente que uma se

preocupe mais com o "imperialismo socialista" e outra com o imperialismo americano.

Na verdade, o que se impõe ao sentido patriótico de quem hoje se empenha na construção de uma nova sociedade em Portugal, é libertar o país, de qualquer tentativa interna ou externa de exploração do povo português, e colocar ao serviço desse mesmo povo, o resultado de toda a sua capacidade produtiva.

Rejeitar este princípio é falsar as coordenadas a que deverá submeter-se a própria Revolução. Não entanto, a ruptura violenta e imediata com uma forma de subordinação a interesses estrangeiros, que sempre marcou a actividade económica nacional, e a própria vida em sociedade, provocaria mais medidas de repressão do capital monopolista internacional e de todas as potências imperialistas pelo que, se tornaria claramente contrarrevolucionário enveredarmos por uma linha de hostilização económica sem garantirmos antecipadamente, pelo menos, fontes de financiamento e mercados de alternativa. Mas também não se considera recomendável tal via de alternância. E explicamos porquê.

Com o 25 de Abril, Portugal libertou-se da esfera de isolacionismo a que o remetia a sua anterior política colonialista, tracando, a partir daí, uma linha de acção, no campo das relações externas, que o inscreve hoje, correctamente, no concerto das nações. Esta determinação implica o estabelecimento de relações bilaterais com todos os povos do mundo, no respeito pelo princípio da não-interferência nos assuntos internos de cada país. Nesta ordem de ideias, independentemente do

rumo seguido pela estruturação do poder político em Portugal, devemos estabelecer acordos com todos os países do mundo, com total garantia de reprodução dos capitais investidos, numa base clara de vantagens mútuas.

Quer dizer: devemos enveredar por uma política económica que assegure ao investidor margem de lucros e campo de manobra, mas de tal forma que, não coloquemos o património nacional e a força de trabalho dos trabalhadores e dos pequenos e médios proprietários à mercê da voracidade de interesses monopolistas que pitem em risco o avanço da Revolução. Torna-se necessário demarcar sectores económicos para o financiamento privado, indispensáveis numa fase de transição para o socialismo em que a economia nacional não dispõe ainda de recursos e sugestões necessários a uma planificação do tipo socialista, nem se apresentará em princípio com todas as suas potencialidades exploradas, a ponto de garantir a desejada autonomia ao desenvolvimento do processo político.

4.4 — No plano global

É ridículo, além de ser impolítico, afirmarmos o nome repúdio por certos padrões políticos de esquerda ou por determinados grupos económicos, deste ou daquele bloco mundial. É perfeitamente despido de qualquer realismo privilegiarmos alianças ou defendermos posições de independência em relação ao mundo de quem, por muito tempo, fomos manter uma acentuada dependência. Falar-se do Terceiro Mundo

como interlocutor opcional no campo específico das relações económicas é desvirtuar todo o problema, pois se o Terceiro Mundo poderá constituir temas propício a frutuossimas relações humanas, sociais, políticas e culturais, ao âmbito da cooperação e da ajuda mútua, já o mesmo não poderá ser afirmado no domínio dos interesses financeiros e económicos, tantos são os problemas carênciais naqueles campos, dos países que se inscrevem na órbita terceiro-mundista. Ilustremos, seguramente em excesso, esta posição para nos afirmarmos ao seu desígnio como parceiros preferenciais, no estabelecimento de acordos comerciais, embora lá mesmo possa vir a ser fortemente condicionado pelo rumo que sofrer nesta fase o processo de descolonização de Angola. Mas já não nos poderemos soverver da África, da Ásia ou da América do Sul, em matérias de investimentos e empréstimos que estimulem o desenvolvimento das forças produtivas da nossa economia. E mais o bloco capitalista social-democrata europeu e o socialista do Leste-Europeu que terá que ser balanceada a nossa política de cooperação e de auxílios económicos externos. Fugir a esta realidade é escamotear dados fundamentais do problema, como insistir no fatalismo de uma inevitável e exclusiva subordinação ao cofre da social-democracia europeia, é reduzir a Revolução Portuguesa a um mandante de queles contra os quais também se insubordinou, e subtrair a este novo país as imensas oportunidades que agora se lhe rasgam para o contacto franco e aberto com os povos e os governos de todo o mundo.

5 Conclusões

Temos consciência de não haver esgotado cada um dos temas aqui abordados e que outros, também importantes, ficaram por abordar.

Temos consciência que entre os últimos figura Angola como expoente máximo e que, da forma como nos empenhamos até ao fim da sua descolonização, dependerá em muito o curso da nossa Revolução.

Temos consciência porém, que traçamos em linhas gerais aquilo que parece ser fundamental para uma hipótese de conciliação dos grupos desviados do M.F.A. É verdade que, no fundo, quer isto dizer, no conteúdo de uma revolução que implica profundas transformações estruturais da sociedade em que vivemos, tudo depende, ao nível das pessoas, duma autêntica opção de classes que se processa no seu interior, e que a luta de classes, acaba por ser acinte, como o instrumento e o veículo daquelas grandes transformações.

Mas se acelerarmos que a dupla tomada de posição, a 25 de Abril, reagando com todo um passado de opressão social, e a 11 de Março, aliado os horizontes para uma sociedade nova cujo objectivo seja o socialismo, representa da parte de quem a essas posições se deu votos integralmente, a consciência duma ruptura com os estratos sociais de que é oriundo, e a entrega à causa dos Trabalhadores e dos explorados deste país, fácil é admitirmos que nem tudo está perdido nesta tentativa de renovação do M.F.A. convigo próprio, para que de novo assumo o papel

histórico que lhe cabe na revolução.

É preciso dizer-se que temos igualmente plena consciência de que, se este apêlo ao diálogo e à união não encontrar eco junto dos que estão em condições de o fazer, então o M.F.A. desaparecerá definitivamente da cena política nacional e estarão definidos os limites onde as forças populares, políticas e militares se encontrarão para um ajuste de contas final.

Mas pergunta-se, a terminar, a quem interessará tal encontro e se, no final haverá condições para reinar em termos de continuidade do poder, em termos de independência nacional e em termos finalmente de Revolução

Socialista.

Aos camaradas nos dirigimo para uma urgente e consciênciada ditado sobre os assuntos aqui expostos, para uma derradíssima tentativa de reencontro das duas linhas desviadas, em termos de posições menos radicalizadas, que possibilitem um diálogo construtivo e aberto, na via da recuperação da unidade perdida, de um M.F.A., que volte a ser o impulsionador de uma Revolução, que se encontra em risco de uma perigosa recuperação por forças de direita e reaccionárias. Julgamos ser um dever que se impõe à consciência dos militares, de cuja decisão poderá vir a depender a sorte deste país.

Missões do exército

1. Cooperar na manutenção da liberdade, integridade e independência da Nação.

2. Defesa das fronteiras terrestres e marítimas e do espaço aéreo do Território, em coordenação com os outros dois ramos das F. Armadas.

3. Manter a integridade do Território contra todas as forças que, do interior ou do exterior, pretendam desenvolver acções que visem derrubar o regime político estabelecido a 25 de Abril de 1974.

4. Salvaguardar a vida e os haveres dos cidadãos contra todos os actos de subversão ou vandalismo que ponham em risco a sua segurança.

5. Participar activamente no esforço de democratização nacional e na preservação das

estruturas democráticas instituídas, para o que:

Deverá integrar-se no plano nacional de dinamização cultural e esclarecimento político da população;

Deverá participar no projecto de reconstrução nacional.

Para dar cumprimento, a estas missões o Exército deve empenhar-se vivamente no processo de reconstrução, compreendendo as seguintes tarefas:

- 1.ª Reestruturação orgânica;
- 2.ª Reformulação do próprio conceito de Exército tendo em vista os seguintes campos:
 - a. Disciplina;
 - b. Hierarquia e Autoridade;
 - c. Democracia;
 - d. Carreira Militar — profissionalização;
 - e. Recreamento militar — Quadricela e treino.